

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

ALAN RODRIGUES MARTINS

Migrações e Trabalho na Formação do Município de Francisco Morato

**SÃO PAULO
2022**

ALAN RODRIGUES MARTINS

Migrações e Trabalho na Formação do Município de Francisco Morato

Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Realizado sobre a orientação do Prof. Dr. Carlos de Almeida Toledo.

SÃO PAULO
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na publicação
Serviço de biblioteca e documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Martins, Alan
M384m Migrações e Trabalho na Formação do Município de
Francisco Morato / Alan Martins; orientador Carlos
Toledo - São Paulo, 2022.
41 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

1. MIGRAÇÃO. 2. PERIFERIA. 3. GEOGRAFIA ECONÔMICA.
4. GEOGRAFIA URBANA. 5. MUNICÍPIO. I. Toledo, Carlos,
orient. II. Título.

Nome: MARTINS, Alan Rodrigues

Título: Migrações e Trabalho na Formação do Município de Francisco Morato

Trabalho de Graduação Individual (TGI)
apresentado ao Departamento de Geografia
da Faculdade de Filosofia, letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo
como parte dos requisitos para obtenção do
título de Bacharel em Geografia

Orientador: Prof. Dr Carlos de Almeida
Toledo.

São Paulo, ____ de _____ de 2022

Banca Examinadora

Banca Examinadora

Prof. Dr. Carlos de Almeida Toledo

São Paulo
2022

Dedico ao tempo, que faz dos momentos lembranças das quais os sentidos não alcançam. E que nem por isso deixam de doer. Em memória de Wesley e de tantos outros que se foram cedo.

AGRADECIMENTOS

Nos trabalhos acadêmicos esta seção sempre me despertou o interesse, mas nunca soube muito bem o porquê. Mesmo que ínfimo, ter o conhecimento dos sujeitos por detrás dos escritos proporciona alguma vida para o amontoado de palavras, fruto de trabalho humano, que se apresenta como coisa. Foi na escrita deste texto, lembrando do passado que flui constantemente nos meus pensamentos, que percebi que poderia ter feito muito mais por aqueles, que por serem como são, elevaram a minha trajetória até este TGI a algo muito maior do que mais um processo de produção de uma mercadoria. Com isso em mente, registro a enorme gratidão que sinto por todos que contribuíram, direta ou indiretamente, no desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço ao meu orientador, Carlos de Almeida Toledo, pelos esclarecimentos, reflexões e introdução aos grupos de estudo. E aos diferentes docentes que fizeram da minha experiência na graduação única e diversa, obrigado.

Gratidão aos meus colegas de curso por vivenciaram comigo a universidade, nos seus maus e bons momentos. Em especial José Neto, Rubens Oliveira, Mayara Bispo e Daniele Souza, núcleo cajamarense e acolhedor da turma. E aos meus amigos de Linha 7 - Rubi, Jonathan Lima e Linniker Gardim, pela amizade e conversas sobre Francisco Morato e Franco da Rocha. Também agradeço a Bruno Rodrigues e às minhas amigas Vitória, Maikher e Horrocks, por dividir tantos trabalhos de graduação e a convivência. E a Bárbara Fantazzini, Ícaro Soares, Gabriel Ramalho e Ramon Henrique pelos momentos de estudo e diversão, afeto tão necessário neste ambiente universitário um tanto quanto hostil. André Lucas, Mayara Pan e Renan Vilela, lembro com carinho da recepção e proximidade do início da graduação. Kessia Costa, Giovanna Pissolato, Igor Martins, Roney Charles, Gabrieli Kaori, Daniela Durães, Mariana Mendes, Matheus Fernandes, Cawan Fernando e Elaine Agio, obrigado por fazerem do ambiente universitário um local também de amizade. Agradeço a gentileza de Thaís Branco e os momentos de trocas com Árizla Ismália e Felipe Bonchristiani. Por último, recordo a minha profunda admiração pelo meu amigo e parceiro de curso Thiago Vital.

Agradeço a todos da minha família pelo incentivo constante, principalmente minha irmã Aline e meus irmãos Anderson e Robson. E ao meu pai, não poderia deixar de lembrar seu esforço e dedicação. Mãe, não consigo trazer ao mundo das palavras a gratidão e carinho que tenho por você. *Dear mama*, muito obrigado pelo amor e paciência.

Agradeço a todos os meus amigos, seja de infância, escola ou trabalho, que o movimento da vida que nos domina acabou por unir ou separar. Sou particularmente grato a

Lucas Mendes, Ana Luísa, Ana Michele, Leandro Gomes, Guilherme Rabelo, Vitor Caires e Gabriel Caires. Com carinho, lembro dos companheiros do Cursinho Popular Queixadas, em particular Lehi Senna e Mônica Ferreira.

Ainda que já os tenha citado anteriormente, preciso enfatizar meus agradecimentos a algumas pessoas. Isto porque este trabalho que carrega na sua definição o termo "individual" só foi possível pela ajuda coletiva delas. Vitória Horrocks pelo abstract, sei que os termos não são fáceis de encontrar equivalência em inglês e você foi muito solícita. Bárbara Fantazzini pelo carinho, auxílio e conversas sobre este momento final de graduação. Thiago Vital pela amizade sempre presente e auxílio com a estrutura do trabalho. José Neto pelas trocas teóricas e discussões sobre o curso. Ao Zé, ainda agradeço-lhe imensamente pela sua paciência com minhas inquietações sobre o resultado deste texto.

Por fim, agradeço às pessoas cuja parte da história de vida faz-se presente neste trabalho. Foram muitos os personagens, as conversas e os relatos de vida que se entrelaçam nos limites territoriais do município de Francisco Morato. Não posso, inevitavelmente, não me desculpar pela memória falha que me impede de lembrar de todos. Irmã Dadá, Joaquim, Seu Zé, Ronaldo, Francisca, Hélio, Antônio e tantos outros, as conversas sobre os caminhos que os levaram até o município moratense foram deveras proveitosas, e de alguma forma estão presentes aqui. Foi por meio de diálogos, e por vezes longas conversas com essas pessoas, que construímos o paralelo dos relatos de vida com a obra cinematográfica “O Homem Que Virou Suco”, ilustrando neste TGI o movimento do trabalho como condicionante da vida e do vir a ser moratense.

RESUMO

Este trabalho de graduação individual aborda a formação e reprodução do município de Francisco Morato, pertencente à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Emancipado da administração franco-rochense em 1965, o processo formativo e reprodutivo do município é analisado a partir das categorias migração e trabalho à luz da modernização retardatária brasileira. Na modernização do oeste europeu, que percursora a sociabilidade capitalista, a migração e o trabalho emergem como estruturas centrais da socialização. No momento modernizador brasileiro, tais categorias são igualmente centrais mas adquirem desdobramentos particulares. Essa relação entre totalidade e particularidade é expressa na cafeicultura paulista, que pela necessidade de construção da linha férrea, origina o vilarejo e distrito que forma Francisco Morato. No município moratense, milhares de migrantes de outras regiões brasileiras estabelecem residência durante as décadas de 70 e 80 em decorrência da mobilização de força de trabalho nacional promovida pelo fordismo brasileiro. A mobilidade do trabalho e a industrialização concentrada na cidade de São Paulo desdobra-se numa enorme superpopulação relativa, que tem atribuída como custo a sua própria reprodução, isto é, em parte, a autoconstrução na periferia da metrópole. Com o espaço periférico paulistano ocupado pela classe trabalhadora, aqueles que ainda necessitam autoconstruir migram para outras cidades da RMSP que detém meios de transporte para a sua força de trabalho. É neste contexto de metropolização que Francisco Morato, às margens da estrada de ferro Santos-Jundiaí usada pelo café paulista, torna-se parte da reprodução social do trabalho.

Palavras-chave: modernização, mobilidade do trabalho, reprodução, autoconstrução, força de trabalho.

ABSTRACT

This paper aims to investigate the city formation and the reproduction process of Francisco Morato, a suburban city in the Metropolitan Region of São Paulo – RMSP. During the year of 1965 the city was emancipated from the administration of Franco da Rocha, and the analysis of its formation and reproduction process is considered by the categories of migration and labor in the context of Brazilian late modernization. Whereas the modernization process that ran over western Europe set the capitalist society, the migration and the labor processes making those emerged as crucial fundamentals of the socialization structure, the conditions went quite different for the Brazilian modernization moment as these categories were also crucial but had gained some specificities. The relationship between totality and particularity is expressed in the coffee production of São Paulo's state, which due to the need to build the railway, gives rise to the village and district that originates Francisco Morato. In this city, thousands of migrants from other Brazilian regions settled dwellings during the 70's and 80's as a result of the mobilization of the national workers promoted by Brazilian Fordism. The labor mobility and concentration of industrialization in the city of São Paulo makes a high relative surplus population, that has by its own cost your reproduction, which is in a certain way, the self-construction of your own house in the suburban space. As the city of São Paulo's suburban space is completely occupied by the working class, those who need to construct their own house move to other cities in the Metropolitan Region of São Paulo which offers transportation conditions to go to São Paulo's central areas. It is in this context of the metropolization process that Francisco Morato, on the margin of the railway Santos-Jundiaí, used before for the production of coffee, becomes part of the social reproduction of labor.

Keywords: modernization, labor mobility, reproduction, autoconstruction, workforce.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Região Metropolitana de São Paulo	3
Figura 2: Túnel de Botujuru	3
Figura 3: Jornal O Estado de São Paulo, abril de 1898.	22
Figura 4: Deraldo na porta de uma casa autoconstruída. O Homem que Virou Suco, 1981	26

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
CO	Company
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
EMPLASA	Empresa Paulista de Planejamento Urbano
TGI	Trabalho de Graduação Individual
PA	Progressão Aritmética
PG	Progressão Geométrica
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Justificativa	7
1.2 Objetivos Gerais	8
1.3 Objetivos Específicos	8
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	9
3. A MODERNA TEORIA DA MIGRAÇÃO	10
3.1 O café como totalidade	14
3.2 Ubiquidade do Capital	16
3.3 Da Europa ao Brasil	17
3.4 As Categorias da Modernidade no Território Brasileiro	20
3.5 Os primórdios da migração e do trabalho no Brasil	21
4. FORMAÇÃO E REPRODUÇÃO DE FRANCISCO MORATO	24
4.1 Reprodução de Francisco Morato na Crise do Trabalho.	31
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de graduação individual discorre sobre a formação e reprodução do município de Francisco Morato, pertencente à Região Metropolitana de São Paulo (figura 1). Oriundo do processo de escoamento do café paulista, o distrito de Francisco Morato emancipou-se em 21 de março de 1965, dissociando-se político-economicamente de Franco da Rocha. No novo município, milhares de migrantes de todo o Brasil se instalaram no decorrer das décadas seguintes como resultado do processo migratório mediado pela mobilização da força de trabalho nacional, que levou um enorme contingente de trabalhadores para o sudeste brasileiro. Grande parte desses migrantes, massa de força de trabalho mobilizada, passaram a residir em Francisco Morato por intermédio de um dos fatores que também possibilitou o surgimento do distrito: a linha férrea.

Objetivando construir um meio de transporte capaz de transportar eficientemente o produto da cafeicultura entre o interior e o litoral paulista, Irineu Evangelista - o Barão de Mauá - articulou junto ao governo imperial, em meados do século XIX, a construção da linha férrea conhecida como Santos - Jundiaí. A conjuntura crítica do capitalismo europeu, e o domínio inglês sobre o mundo além das exigências de engenharia da época, o fizeram contatar engenheiros britânicos, que ficaram responsáveis pelo desenvolvimento do projeto, dando origem à empresa estrangeira The São Paulo Railway Company Limited. A nova companhia tinha como principal desafio lidar com a Serra do Mar na obra ferroviária. Porém, foi em um ponto distante dali que outra barreira física à construção da ferrovia requereu maiores ações da empresa britânica. Na Serra de Botujuru, área caracterizada por feições geomorfológicas de Morros e Morrotes (CARNEIRO e SOUZA, 2013), para a continuidade da obra em direção a Jundiaí houve a necessidade de perfuração de rochas para a construção de um túnel (figura 2). Esta intervenção, em que a natureza aparece como força produtiva¹, exigiu o abrigo de operários, maquinário e materiais próximo ao local da obra, resultando na formação de um pequeno lugarejo. Foi daí que surgiu a Vila Bethlém, sede da Companhia Fazenda Belém, associada da The São Paulo Railway CO. Finalizada a obra do túnel, as terras do Barão de

¹ Ainda poderíamos indagar sobre a natureza como força produtiva também no processo de periferização de Francisco Morato, em que o relevo condiciona o trabalho concreto dos trabalhadores da autoconstrução (mulheres, crianças, adolescentes e homens em mutirões de retirada de terra de barrancos, areia dos córregos, carregamento de materiais de construção etc.). A autoconstrução, parte do custo da reprodução da vida do trabalhador para o próprio trabalhador, encarna na vida da população que estabelece-se na periferia do espaço urbanizado dos mares de morros demandas que o relevo - acidentado - exige. A geomorfologia da cidade moratense, portanto, aparece como dificuldade para aqueles que autoconstróem e como força produtiva para a dinâmica geral do processo de autoconstrução.

Mauá ali pertencentes foram adquiridas pela empresa britânica. O distrito permaneceu, com os entornos da Serra de Botujuru utilizados como fonte de recursos pela companhia inglesa, que realizou na área distrital a plantação de eucaliptos e produção de tijolos, maneiras de suprir as necessidades da ferrovia, principalmente por conta da duplicação da linha ocorrida na virada do século. Mas foi somente em 1946, quando ocorreu a estatização da The São Paulo Railway pelo Estado brasileiro, que Belém tornou-se distrito de Franco da Rocha após o loteamento das terras da Companhia Fazenda Belém em diferentes sítios (VIDALI, 2019). Já denominado Francisco Morato, o distrito emancipou-se da administração franco-rochense em 1965, dando origem ao município que na época contava com aproximadamente cinco mil habitantes. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017 esse número correspondia a aproximadamente 170.000 pessoas. Nas falas dos moradores mais antigos, essa alteração populacional é constantemente lembrada. Esses e outros relatos permeiam a história do município, deles e deste trabalho. E é daí que surge o desejo de estudar Francisco Morato.

As questões apresentadas neste texto partem da minha experiência enquanto morador do município, ouvindo desde a infância os relatos dos mais velhos sobre as diferentes migrações realizadas, o trabalho na capital paulista, as histórias envolvendo a precariedade do trem metropolitano, as mudanças paisagísticas da cidade. Em quase a totalidade das vezes que a conversa entre eles tomava forma, os termos "cidade dormitório", "pobre", "sem infraestrutura" eram atribuídos ao município. Mediante a isto, observava a paisagem periférica de Francisco Morato, identificação que não lembro-me de ter aprendido em algum lugar senão pela própria vivência, e me questionava como um município é constituído enquanto periferia. Com o amadurecimento, meus questionamentos saíram exclusivamente do campo do espaço para adentrar os sujeitos. Aqueles diálogos sempre semelhantes mostravam que morar em Francisco Morato era uma escolha, mas contraditoriamente o conteúdo das histórias de vida indicava um condicionamento pela sociabilidade. As elaborações não estavam nestes termos, é claro, e tampouco possuíam algum horizonte de resposta. No máximo, ficavam no âmbito do discurso que nós periféricos proferimos a vida toda, que é basicamente dizer que o município afastado da cidade de São Paulo era onde as pessoas pobres poderiam constituir residência. Ainda que ajudasse, essa formulação me parecia insuficiente. Este incômodo retornou aos meus pensamentos quando cursei a disciplina de Migrações e Trabalho, de oferecimento do professor Carlos Toledo. As discussões de mobilidade do trabalho, migração e a crítica à ontologia do trabalho realizados na matéria me proporcionaram algumas elaborações para o problema de constituição de um município

proveniente da exportação de café, o desenvolvimento industrial esteve avançado em relação ao restante do território brasileiro. Numa espécie de passagem da sociabilidade dominada pelo capital mercantil para o protagonismo do capital industrial, a industrialização brasileira nesse período encontrou na metrópole paulista as bases de sua realização. Como resultado dos processos modernizadores promovidos pelo Estado, houve uma concentração industrial na cidade de São Paulo capaz de mobilizar milhões de brasileiros em direção ao município paulistano, resultando a posteriori em alguns milhares deles chegando a Francisco Morato. Um dos fatores que alicerça este processo é a linha férrea, que anteriormente servia primordialmente de transporte de outro tipo de mercadoria, o café. Um dos pilares da formação municipal moratense, e a sua condição periférica, é o papel do trem levando diariamente uma enorme massa de mercadoria composta de cérebros, músculos, nervos e mãos².

Na cidade de São Paulo, nos primórdios da industrialização da década de 20, a inexistência de transporte público foi um importante impedimento para a construção de habitações na periferia (BONDUKI, 1998). Noutro contexto, com os meios de deslocamento de massa entre a porção periférica e o centro da cidade estabelecidos, a periferia paulistana mostrou-se constituída na década de 80, isto é, autoconstruída e apta a migração pendular. Em Francisco Morato, a já existente malha ferroviária ligando São Paulo ao município moratense foi fundamental para possibilitar ali a habitação periférica em relação à metrópole paulista, ou seja, fundamentada na autoconstrução e por trabalhadores livres capazes de vender sua força de trabalho nos centros empregatícios paulistanos. O entrave relacionado ao deslocamento dos trabalhadores aos seus postos de trabalho, e/ou de escolha livre da venda do seu tempo de vida, sanava-se com a viabilidade do transporte de massa proporcionado pelo trem metropolitano. No município moratense, a reprodução dos trabalhadores livres imposta pela metrópole paulista mostrava-se possível. A formação de Francisco Morato é, portanto, compreendida neste trabalho à luz de um movimento de periferização marcado por três momentos, que compartilham da mesma questão: os trabalhadores mobilizados não são apenas objeto do capital, mas conjuntamente personificadores das relações contraditórias da mercadoria³. No primeiro momento, num contexto mundial de crise e ajuste espacial do

² “O trabalho do alfaiate e do tecelão, embora atividades produtivas qualitativamente diferentes, são ambos dispêndio humano produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc., e, desse modo, são ambos trabalho humano. São apenas duas formas diversas de despendar força humana de trabalho” (Marx, 2020, p.66).

³ “Vale dizer, o trabalho tem mobilidade por ter se tornado uma mercadoria, a mercadoria força de trabalho. Com esse argumento, Gaudemar (1976 e 1977) mostra que o trabalhador não é simplesmente objeto do capital, mas que os trabalhadores mobilizados passam a internalizar a violência econômica – e sua contradição: desejo e

capitalismo, as dinâmicas europeias do capital - no centro da sociedade mundial produtora de mercadorias - estruturam e alteram as relações espaciais e de produção na periferia do sistema. A Lei de Terras de 1850, a imigração europeia e asiática no território brasileiro, a cafeeicultura como motor econômico do Brasil, e a linha férrea construída para atendê-la no Estado de São Paulo, são constituídas enquanto encadeamentos cujo o movimento é de modernizar o Brasil a partir da transposição de categorias do mundo capitalista europeu. Este atraso, não em relação ao movimento da totalidade mas de formação categorial tal qual no mundo capitalista europeu fechado, confere ao Estado nacional brasileiro uma modernização retardatária⁴. As relações disso com a formação do município de Francisco Morato demonstraremos ao longo deste trabalho. No segundo momento, a condição de país industrializado e a posição central ocupada por São Paulo impõe determinadas dinâmicas de mobilização do trabalho, que implicam a própria criação da RMSP e da periferia dela, onde o município moratense inclui-se. No terceiro, a partir de meados da década de 70, a crise do trabalho surge como fator determinante nos desdobramentos críticos da relação entre a formação espacial de Francisco Morato e a metrópole paulista, ainda que com breve afago em decorrência das bolhas das commodities dos anos 2000, retomando suas imposições críticas na segunda metade da década de 2010, proporcionando uma nova rodada da contínua migração e trabalho - enquanto crise - que transforma e rearranja Francisco Morato. A abordagem desses diferentes momentos correlacionam-se com os sujeitos condicionados pelo trabalho, que Gaudemar (1977) nos leva a analisarmos para além da condição de objeto do capital, e também como internalizadores da violência da sociedade da mercadoria (BOECHAT, 2019). Nesse sentido, este TGI procura identificar, através da relação entre um produto cultural - o filme “O Homem Que Virou Suco” - e o relato de diversos trabalhadores, o movimento da migração e do trabalho como categorias centrais da formação e reprodução de Francisco Morato. Portanto, discutiremos tais categorias, retornaremos aos eventos históricos e abordaremos a vida, por vezes tanto dos vivos quanto dos mortos, para a

necessidade de mercadorias –, mobilizando-se voluntariamente em busca de postos de trabalho”. (Boechat, 2019, p.3)

⁴ “Mas, mesmo no interior da Europa, havia uma acentuada disparidade de desenvolvimento. A Inglaterra já rudimentarmente industrializada antecipara-se em muito ao continente, enquanto entre os países continentais a porção ocidental (em especial a França) era bem mais desenvolvida em relação à Europa Central e Meridional. Na Alemanha, não se firmara nem sequer o pressuposto de uma economia nacional uniforme e de um correspondente Estado nacional. Assim, o século 19 na Europa e no círculo daqueles países que já se começavam a definir vagamente como “capitalistas” esteve essencialmente sob o signo de uma **corrida de recuperação**. Essa primeira “modernização retardatária” estabeleceu (na concorrência com a Inglaterra e a França) como que um paradigma que marcou de forma mais duradoura o desenvolvimento da Alemanha e da Itália; e na Ásia, também o do Japão.” (Kurz, 2000 - destaque nosso)

identificação e análise das relações sociais intrínsecas à formação e reprodução do município moratense.

1.1 Justificativa

A migração e o trabalho são questões que permeiam toda a história social moderna. Nos estudos urbanos, geralmente aparecem interligadas mas sobre um plano de fundo naturalizante. Assim, migração e trabalho atuam na urbanização porém emergem na abordagem como categorias ontológicas, isto é, como algo próprio da existência humana que transcende as determinações históricas. Construir uma leitura sobre a constituição de um município periférico na Região Metropolitana de São Paulo, como Francisco Morato, a partir da migração e do trabalho enquanto categorias específicas da sociedade mundial produtora de mercadorias é o que propõe este TGI.

O "migrar" e o "trabalhar" surgem como questionamentos logo nas primeiras indagações sobre o município de Francisco Morato, conhecido como "cidade dormitório". Tais questões intensificam-se quando postas a partir da relação com a metropolização de São Paulo. Pensar em trabalho, migração e suas relações com a periferização exige a análise do desenvolvimento social moderno, daí a necessidade de abordar a modernização, o capital e a urbanização enquanto processos estritamente sociais, questionando a perspectiva ontológica.

Por meio da geografia urbana e econômica, tal perspectiva apresenta-se como uma via de análise para compreender a formação e reprodução de um município periférico na Região Metropolitana de São Paulo, como em Francisco Morato, que reproduz-se de acordo com os diferentes processos que emergiram no território brasileiro. Primeiro, os primórdios de uma industrialização marcada pela necessidade de exportação do café condicionada pela Europa. Segundo, o papel de protagonista que assume o capital industrial na metrópole paulista, e a mobilização da força de trabalho nacional promovida por tal processo. Por fim, a crise do trabalho advinda das décadas de 80 até o presente momento, que a teoria social crítica brasileira - marxista e keynesiana - atribui como um movimento de desindustrialização e/ou de amplificação da dominação de uma classe sobre a outra. Para além dessas leituras, e sem desconsiderá-las, o processo formativo do município moratense e a crise do trabalho que o consolida como cidade periférica na RMSP revela, ao mesmo tempo, o desenrolar do processo global e nacional do sistema mundial produtor de mercadorias e a periferização como fato tanto da industrialização como da desindustrialização, ou seja, como resultado da mobilização de grande massa de força de trabalho, ativa ou ociosa. Tal perspectiva estima, ainda que minimamente, a contribuição com as análises sobre municípios periféricos em geografia urbana.

1.2 Objetivos Gerais

O presente trabalho objetiva compreender a formação do município de Francisco Morato, na periferia da Região Metropolitana de São Paulo, à luz das migrações e do trabalho. Enquanto hipótese inicial, temos a constituição municipal moratense como consequência do processo de modernização retardatária brasileira no que diz respeito à questão migratória, associada à mobilidade e mobilização do trabalho, que emerge dos desdobramentos histórico-sociais das relações próprias da sociabilidade do capital. Isto é, das relações entre pessoas mediadas por coisas que impõe a mercadoria força de trabalho como necessária e, ao mesmo tempo, frívola. Além disso, a hipótese de que o processo de formação e reprodução do município de Francisco Morato está diretamente relacionada ao "fechamento" do acesso à terra à classe trabalhadora, não só no centro como também na periferia da cidade de São Paulo já em meados da década de 70, - em uma espécie de ajuste espacial que mobiliza para ao longo do espaço metropolitano uma massa de força de trabalho impossibilitada de reproduzir-se na metrópole paulista - é uma das questões tratadas neste trabalho.

1.3 Objetivos Específicos

Compreender a produção do espaço periférico da Região Metropolitana de São Paulo, para a particularidade moratense, a partir da necessidade de reprodução dos trabalhadores oriundos do processo de modernização brasileira. Nesse sentido, assimilando as relações históricas e os processos sociais que pautaram a sociabilidade constituinte do município pelas histórias de vida dos sujeitos sociais, exemplificadas por um produto cultural cinematográfico, especialmente no que se refere ao condicionamento imposto pelo trabalho durante o período de industrialização do Brasil na segunda metade do século XX, formando a metrópole paulista e a periferia dela. Além disso, correlacionando os diferentes momentos do trabalho, e a sua crise, na condição periférica do município.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A análise dos aspectos sociais na formação e reprodução do município de Francisco Morato, no tempo e no espaço sob a ótica das migrações e do trabalho, demanda da perspectiva geográfica adotada o enfoque sobre o urbano e o econômico. Além disso, faz-se necessário a abordagem crítica das categorias do capital, em essência o trabalho e a mercadoria. É, portanto, a crítica ao processo social, marcado pela materialização do tempo de vida das pessoas em coisas, que é a base teórica deste trabalho. Assim, a crítica do valor centrada na discussão a respeito do fetichismo, ontologia e mobilidade do trabalho, além da revisão bibliográfica do recorte temático proposto no que diz respeito às categorias e aos conceitos de migração, trabalho, periferia e periferização são essenciais. Tal posição teórica tem como fundamento os debates promovidos por Jean-Paul de Gaudemar, na sua elaboração sobre mobilidade do trabalho, e a crítica a interpretação marxista das categorias do capital estabelecida por Robert Kurz. Este trabalho de graduação individual ainda dialoga com a dissertação de Daniel Giavarotti, *O Jardim Ibirapuera: da imposição à crise do trabalho* (2012), que trata de um loteamento periférico na cidade de São Paulo. As formulações de Karl Marx no livro 1 d'*O Capital*, especificamente dos capítulos 1 e 25, além da elaboração teórica proposta por David Harvey no capítulo IV, que trata do ajuste espacial, na obra *A Produção Capitalista do Espaço*, constituem os elementos teóricos que alicerçam a análise proposta. Por fim, e não menos importante, a discussão sobre mobilidade do trabalho no Brasil de Cássio Boechat, e o questionamento da questão migratória promovido por Carlos Vainer, faz-se fundamental para este trabalho.

Conjuntamente, lançamos mão da perspectiva histórica que permite articular os processos de transformação social, promovidos pela modernização centrada na produção da força de trabalho nacional e na valorização do valor, e a formação do município de Francisco Morato. Acreditamos que o olhar sobre a história que desemboca no município moratense exige a compreensão dos processos sociais modernos, que ao mesmo tempo são lógicos e históricos. Para tal, tanto relatos como textos, notícias, e principalmente o livro *“História de Francisco Morato”*, de Agnaldo Vidali, foram essenciais.

Para além da elaboração teórica, a metodologia e a técnica são fundamentais para compreender tais questões. Desse modo, trabalhos de campo, entrevistas e produtos culturais foram elementos de pesquisa indispensáveis.

3. A MODERNA TEORIA DA MIGRAÇÃO

Frequentemente confundimos dois tipos de migração: a específica da sociedade capitalista, que decorre dos processos históricos e sociais próprios das relações do capital de mobilidade e mobilização do trabalho (BOECHAT, TOLEDO & HEIDEMANN, 2012), e a migração humana dita "natural"⁵, que assim como a descoberta da roda não sabemos precisamente como e quando começou. Na abordagem da formação do município de Francisco Morato, na periferia da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), é somente a primeira, muitas vezes ocultada nos discursos sobre o véu da segunda, que nos interessa. O processo migratório que forma o território moratense está ligado à mobilidade do trabalho dos sujeitos livres, que diferentemente de outros períodos da humanidade, são livres, mas livres para vender sua força de trabalho ao capital (GAUDEMAR, 1977). Compreender a modernidade, no sentido do trabalho e da migração como categorias específicas deste momento histórico - de uma sociedade mundializada e regida pela forma mercadoria -, como plano de fundo de formação e reprodução do município de Francisco Morato requer indagar-se sobre a particularidade e o processo na sua amplitude, isto é, os desdobramentos processuais dessas categorias na relação dialética e histórica entre a parte e a totalidade. Sendo assim, discutiremos neste capítulo a migração e o trabalho como coisas próprias da totalidade-mundo contemporânea, e como interpretamos a particularidade brasileira e moratense.

Diversas são as narrativas que reiteram a migração como condição humana natural. Ainda que ocasionalmente estimando considerar a perspectiva social, tal visão naturalizante obscurece os processos, externos e internos, aos sujeitos migrantes. É numa sociedade do fetichismo da mercadoria, que faz aparecer como propriedade das coisas aquilo que é produto da sociabilidade, que este discurso encontra base de sustentação. Daí está presente na economia política⁶, na geografia etc. Maximilien Sorre, importante geógrafo francês, é um exemplo. Na formulação preconizada por ele, que categoriza o ecúmeno - área natural de

⁵ O geneticista Nelson Fagundes, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aponta que as "migrações" humanas primitivas de dispersão pelo mundo não foram bem migrações. Segundo ele, esses deslocamentos eram ocupação dos territórios adjacentes, mas sem necessariamente a intenção de migrar. O avanço nos espaços desconhecidos do planeta foram feitos de forma lenta, de geração em geração, e como movimento de exploração de terrenos próximos. Os primeiros humanos de várias partes do planeta talvez nem sequer imaginassem esta condição de pioneiros, e talvez a palavra migração não seja bem atribuída a eles.

⁶ "Clássicos e neoclássicos não evitaram a contradição sempre presente em Smith, entre leis naturais e as leis institucionais que comandam, tanto umas como outras, o funcionamento do sistema econômico. Apropriando-se das primeiras, substituindo-as por uma verdadeira axiomática do Capital, Ricardo, Walras e outros grandes deixaram ao seus seguidores e discípulos o cuidado de se apoderarem das segundas. A liberdade dos indivíduos era daí em diante colocada como princípio, implicando assim a sua mobilidade perfeita como trabalhadores; axioma praticamente nunca formulado como tal, senão como desvio de parênteses condicionais, mas habitando permanentemente o discurso sobre a liberdade dos homens." (Gaudemar, 1977, p. 183)

expansão do homem -, como descoberta da natureza humana, e aplicada, na condição de lei natural, aos mais variados tipos de sociedades humanas que existiram, inclusive a capitalista, expõe a lente analítica naturalizante. A naturalidade da relação entre o homem e o meio, nesta maneira de compreensão do mundo, nada mais é do que a projeção do capital - relações entre pessoas mediadas por coisas (MARX, 2020) - como razão natural de ser da existência humana. Ainda vale ressaltar que esta perspectiva teórica evidencia os migrantes como objeto de análise a partir da internalização da mentalidade social vigente pelo pesquisador, ou seja, o sujeito que concebe a si mesmo como mercadoria força de trabalho enquanto verdade natural a sua própria condição e a dos outros. Nesse sentido, num estudo geográfico da modernidade que estima ter a migração como categoria central da análise, como neste trabalho, faz-se necessário o cuidado para desnudar a naturalidade das migrações e compreender a sua natureza estritamente social, evitando projetar categorias próprias da modernidade para o *homo sapiens sapiens* e para formas sociais pré-capitalistas. É a partir dessa acepção teórica que teremos o plano de fundo para o debate acerca da formação do município de Francisco Morato. Para tal, discutiremos a noção de "mobilidade do ecúmeno", proposta por Sorre, para compreender as migrações humanas, e o trabalho, no seu caráter puramente social. Assim, afirma Sorre (1984, p. 125):

Em diferentes épocas do desenvolvimento da humanidade, várias sociedades reconheceram o direito do hóspede. Os enormes deslocamentos humanos da época contemporânea reclamavam a instituição de um direito do migrante, acima dos particularismos nacionais - e, portanto, de definições prévias.

Ao analisar o direito do hóspede que várias sociedades humanas reconheceram e a relação com a época contemporânea, Sorre realiza a projeção da categoria migração, da modernidade, para formas de organização social não capitalistas.

Houve, sem dúvida, invasões militares sem futuro, houve formas de colonização que visavam exclusivamente à exploração, sem transferência de grupo humano. Mas quantas invasões não foram, puramente e simplesmente, transações de povos? E o que dizer das colônias de povoamento? O geógrafo não pode se isolar num atualismo estreito. Para ele, as migrações são a expressão da mobilidade do ecúmeno. (Sorre, 1984, p. 125-126)

Ainda que diante de um contexto social complexo, Sorre faz a leitura da colonização como transações de povos. Isto é, fruto de uma acepção natural humana de mobilidade sobre o espaço geográfico.

Existe uma geografia humana como existe uma geografia botânica e uma geografia zoológica. Para todas, a noção de domínio, de área de extensão é essencial, pois são geografias, disciplinas do espaço. Os gregos denominavam ecúmeno à área de extensão do homem. Esta palavra abarca dois elementos associados: a ideia de um espaço terrestre com seus limites e com a ideia de ocupação pelo homem, esta última implicando fixação, estabilidade. (Sorre, 1984, p. 126)

A área de extensão do homem é vista de maneira trans-histórica, isto é, convive com os homens independente do tipo de sociedade humana em vigor. Nesta perspectiva, "O estudo

dos vínculos entre o homem e o meio - ações, relações, interações - explica o fenômeno do arraigamento, tanto mais notável quanto sabemos ser o homem o mais dotado de mobilidade entre os seres vivos" (Sorre, 1984, p. 126-127). Há, portanto, a questão natural e histórica na explicação do fenômeno geográfico da migração: "Todas as ciências da natureza e do homem conhecem essa dualidade de pontos de vista contrastantes - permanência e mobilidade. Ela se traduz pelo emprego de dois tipos de explicação complementares, a explicação histórica e a explicação ecológica" (Sorre, 1984, p. 127). Para Sorre, o ecúmeno é ontológico mas sua interpretação requer o estudo do meio em que a sua mobilidade decorre. "A análise ecológica, instrumento essencial do geógrafo, deve ser esclarecida pelo conhecimento da evolução" (Sorre, 1984, p. 128). Assim, tal qual na ecologia, é claro para o geógrafo francês que as migrações humanas são frutos de determinações naturais.

Mesmo as sociedades rurais mais arraigadas não estão em repouso. Quando seu crescimento natural excede os recursos, elas expõem o excedente de população. Estas sociedades são ora ponto de partida, ora foco de atração para transferências sazonais de trabalhadores. Em meio aos grupos mais estáveis, vemos vagabundos sem destino e até mesmo grupos étnicos sem habitat fixo, cujos esclarecimentos não estão sujeitos a nenhuma lei. (Sorre, 1984, p. 129)

Tal formulação nos remete a outra extremamente difundida no século XIX, e que ainda paira sobre os discursos político-econômicos e geográficos, mesmo que indiretamente. Malthus, no texto *Ensaio Sobre a População* (1798), apresenta uma lei geral que rege a sociedade. O sociólogo inglês conclui que há um crescimento populacional em progressão geométrica enquanto a produção de alimentos cresce em progressão aritmética. Nitidamente, a diferença entre PA e PG levaria a uma superpopulação com escassez alimentar. Na perspectiva de Sorre, apresentada acima, este excedente populacional que forma a superpopulação logo seria expelido para outro espaço. Analisando historicamente a elaboração de Malthus, percebemos que tal teoria não encontra base na realidade. No entanto, há realmente a ocorrência de uma superpopulação, mas de excedente de força de trabalho. Karl Marx a define com o conceito de superpopulação relativa⁷. Os ditos "vagabundos", que frustram a lei do ecúmeno de Sorre, nos permite compreender melhor a questão. É que a lei natural da área de expansão do homem não os encaixa justamente pela natureza estritamente social da sua condição. Thomas More, no livro "Utopia" de 1516, relatando a decadência social do fim da idade média na Europa, acaba por trazer um relato do processo de acumulação primitiva que funda a sociedade capitalista e contextualiza a origem de tais "vagabundos" mencionados por Sorre.

⁷ A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua. (Marx, 2013, p. 462)

Onde quer que se encontre ovelhas cuja lã seja mais macia ou refinada, ali, haverá disputa entre nobres, aristocratas e clérigos não contentes com os rendimentos de suas terras, ignorando que sua vida cercada de conforto não traz benefício algum ao povo. Decidem ferir em vez de fazer o bem. Interrompem o ciclo da agricultura, destroem casas e cidades, com exceção dos templos, e delimitam terrenos para alojar seus rebanhos. Transformam em desertos os lugares antes mais habitados e abundantes em natureza. E quando um crápula insaciável, uma praga para o próprio país, decide tomar para si milhares de acres, os senhores das terras e seus arrendatários são expulsos de sua propriedade, seja por meio de artimanhas ou violência, e forçados a vendê-las. Assim, esses miseráveis homens, mulheres, maridos, esposas, jovens e idosos, junto das numerosas famílias (pois o trabalho rural demanda o esforço de muitas mãos), são todos compelidos à mudança, desconhecendo o próprio destino. [...] Poderiam andarilhar pela cidade mendigando, mas se o fizessem seria encerrados na prisão como vagabundos preguiçosos, quando a verdade é que aceitariam de bom grado aplicar os esforços em qualquer serviço, mas não encontram quem os contrate. Não há mais trabalho no campo em que foram criados desde cedo, pois já não há mais solo cultivável. Um único pastor é capaz de apascentar todo um rebanho ocupante da proporção de terras que requeria muitas mãos para ser lavrada e ceifada. (More, 2021, p. 25-26)

Tal descrição evidencia um movimento dos primórdios de um tipo específico de sociabilidade; aquela cujo fundamento está na expropriação dos trabalhadores dos seus meios de subsistência. São os expropriados, em sua grande maioria, os ditos vagabundos e/ou condicionados aos movimentos do "expelir de excedente populacional". O comentário de Edward Gibbon Wakefield sobre os lavradores ingleses, citado por Marx (2020, p. 390), nos dá alguma dimensão da questão em meados do século XIX: "O trabalhador inglês é um pobre miserável [...] Sem dúvida, na Inglaterra, os cavalos de lavoura, sendo uma propriedade valiosa, são muito mais bem alimentados que o lavrador inglês". São esses, em posições degradantes ou em posição social nenhuma, quem migra nos projetos de colonização, como num proposto por Wakefield. Eventualmente, algumas migrações sazonais de trabalhadores de posição social elevada ocorrem, como o caso que citamos dos engenheiros britânicos responsáveis pela obra da ferrovia Santos-Jundiaí. Ainda há os trabalhadores europeus de posições sociais menos favorecidas, que ainda que tenham tido acesso a alguma forma de dinheiro ou terra não conseguiam concretizar a reprodução da vida enquanto trabalhadores. Exemplos que vieram e fixaram moradia no Brasil não faltam. Mais adiante, elucidando o movimento de ajuste espacial da superpopulação relativa europeia do século XIX diretamente com a formação de Francisco Morato, abordaremos a questão através de um crime noticiado pelo jornal O Estado de São Paulo, ocorrido na virada do século XIX para o XX, às margens do túnel de Botujuru e envolvendo dois estrangeiros de origem italiana e inglesa, que migraram para trabalharem na obra da estrada de ferro que objetivava o escoamento do café.

3.1 O café como totalidade

A questão da migração europeia para a cafeicultura brasileira expressa a necessidade de fomentar a estrutura de produção e exportação do café para a Europa, indicando um movimento de totalidade. Nesse sentido, a construção da linha férrea Santos-Jundiaí já está posta a partir de pressupostos que têm a mobilidade e mobilização do trabalho encadeadas a nível global, evidenciando que as transformações internas ocorridas dentro dos Estados nacionais do oeste europeu mostraram-se significativamente completas, no que diz respeito a formação do mercado de trabalho, isto é, uma massa de trabalhadores que tem como socialização a reprodução enquanto assalariados.

Recém saído da condição de colônia, o Estado imperial brasileiro atua no sentido modernizante das relações de produção. Escancarado no café, tal processo atendia a modernização metropolitana, organizando-se para suprir as necessidades do capitalismo europeu. Isto é, absorver um contingente enorme de força de trabalho supérflua e ainda prosseguir com a transferência de valor, tal como ocorreu durante o período colonial⁸. Em relação ao primeiro ponto, retornando às ideias de Max Sorre veremos que a denominação de mera transações de povos do expelir de excedente populacional não surge como resultado de um processo natural ou de uma sobrepopulação. Pelo contrário, é a consequência de uma superpopulação relativa, de caráter estritamente social, ou seja, de um excedente populacional de expropriados pela sociabilidade em que estão inseridos. Na política do Estado imperial brasileiro notamos a cisão do outro do valor, de modo que o trabalho e o acesso à terra fosse privilegiado para os homens brancos do velho continente. Mas mesmo para as pessoas de origem europeia, a condição de expropriado fez-se fundamental no território brasileiro, à medida que atendia as necessidades de produção de mercadorias para a Europa. Comentando os projetos de colonização da América e da Austrália, e a importância de controle - pelos capitalistas - do acesso aos meios de subsistência pelos trabalhadores, Marx destrincha a questão:

Faça-se o governo fixar para a terra virgem um preço artificial, independente da lei da oferta e procura, que force o imigrante a trabalhar por tempo mais longo como assalariado, até poder ganhar dinheiro suficiente para adquirir sua

⁸ Para começar, o próprio estabelecimento da Colônia como empresa produtora de mercadorias seria suficiente para indicar a profundidade da questão: os pressupostos da formação do Estado nacional brasileiros são estabelecidos tendo como sentido a inserção no moderno sistema mundial produtor de mercadorias. Portanto, de alguma forma, o Brasil “surge” já pautado pela imposição das relações sociais fetichistas de produção de mercadorias. Essa inserção, no entanto, deu-se, como afirmava Caio Prado Jr. (2000), em 1942, com o processo de colonização cumprindo o sentido da produção de mercadorias tropicais para o mercado europeu, em grandes unidades produtoras (latifúndios e mineração) assentadas na exploração do trabalho escravo, tanto indígena como africano. (Grupo de Crítica do Valor-Dissociação, 2012, p. 4)

base fundiária e transformar-se num camponês independente. O fundo, que flui da venda das terras a um preço relativamente proibitivo para o trabalhador assalariado, portanto esse fundo de dinheiro extorquido do salário mediante a violação da sagrada lei da oferta e procura, deveria ser usado pelo governo, por outro lado, para importar, na mesma proporção em que ele cresce, **pobres-diabos da Europa** para as colônias e, desse modo, manter abastecido para o senhor capitalista o seu mercado de trabalho assalariado. Esse é o grande segredo da colonização sistemática. (Marx, 2020, p 390-391 - destaque nosso)

Nesse sentido, não há quaisquer sinais de força natural na condição estabelecida entre o homem e a terra. Na questão do acesso, o que é a Lei de Terras de 1850, nesse sentido, senão a organização social impondo o assalariamento a massa de escravizados residentes no território brasileiro e de estrangeiros que chegavam aos montes no Brasil?⁹ Daí aparece como excedente populacional que não encontra os recursos para a reprodução da vida, supostamente por questões naturais, aquilo que na verdade é resultado da sociabilidade vigente. E assim, submetendo os indivíduos expropriados à condição de detentor da mercadoria força de trabalho, que as relações capitalistas de produção, marcada pela mobilização e mobilidade do trabalho, são internalizadas enquanto dotes naturais da humanidade.

A reprodução social capitalista - naquele período de alta demanda do café pela sociedade europeia e norte americana - implica na emergência dos meios técnicos para concretizá-la como via de resolução dos problemas do alcance da máxima acumulação. Daí o capital já começa a se territorializar no município moratense desde a estrada de ferro para o escoamento do café paulista, quando ainda era um simples vilarejo. Isto decorre do Estado nacional atuando na inserção do que viria a ser Francisco Morato no processo modernizador. A territorialização do capital não acontece somente quando há o assalariamento propriamente dito, e nem da necessidade dos sujeitos estarem lá, postos no espaço, a partir da condição de assalariado. Há desde o momento de chegada da ferrovia um elemento do que viria a ser o processo de metropolização movido pelos desdobramentos históricos do escoamento do café. A idealização e os procedimentos técnicos no desenvolvimento das forças produtivas, como atribuição do Estado personificado pelo Barão de Mauá, são os primórdios da territorialização capitalista que forma Francisco Morato.

⁹ "A produção colonial escravista pôde se dar, num contexto de abundância de terras livres e ausência de uma superpopulação relativa a ser mobilizada para a produção daquelas mercadorias exatamente porque se valeu do trabalhador mais completamente expropriado, o escravo, de acordo com o proposto por Maria Sylvia de Carvalho Franco (1984). A Independência do Brasil, em 1822, não questionou o fundamento escravista dessa produção, cujo processo de superação só se conclui na Abolição em 1888. Sem esse fundamento, que mobilizava igualmente o tráfico como um setor comercial fundamentalmente lucrativo, dificilmente se conseguiria manter a produção existente, em larga escala dos produtos agro-pecuários e minerais, sem que o nível de salários subisse a ponto de limitar ao máximo a acumulação (conforme a lei geral de acumulação capitalista, analisada por Marx no capítulo 23 do Livro I). É esse o problema das colônias apontado por Wakefield, no capítulo 25 em que Marx debate seu projeto de colonização sistemática; projeto esse adotado em larga medida pelo Estado imperial brasileiro, a partir de 1850". (Grupo de Crítica do Valor-Dissociação, 2012, p. 6)

3.2 Ubiquidade do Capital

Sorre (1984) afirma que a ubiquidade da espécie humana é um privilégio precoce entre as formas vivas. Diante desta condição do homem de estar presente em todos os lugares, ao qual o geógrafo francês justifica pela interação natural homem-meio, argumentamos que na sociedade da mercadoria a ubiquidade é a do capital, produzindo o espaço através da mobilidade enquanto característica da mercadoria força de trabalho. E isto é bem claro quando analisamos a superpopulação relativa¹⁰, principalmente a mais clássica de todas: a europeia da segunda metade do século XIX. Hegel problematiza a necessidade de encontrar, interna e externamente, meios de subsistência na sociedade do capitalismo consolidado. David Harvey (2005, p. 100), colocando em diálogo diferentes autores (Von Thünen, Hegel e Marx), elabora uma interpretação para o problema levantado por Hegel:

A sociedade civil, assevera ele, move-se por uma "dialética interna", "impelindo-se para além dos seus limites e buscando mercados - portanto, meios necessários de subsistência - em outros países, deficientes nos bens que super produziu e/ou atrasados no setor industrial". Também deve fundar colônias e, assim, permitir que parte de sua população "retorne a uma vida sobre uma base familiar em uma nova terra", enquanto também "oferte a si mesma com uma nova demanda e um novo campo para sua indústria".

O colonialismo, enquanto projeto como proposto por Wakefield, surge então como forma de mitigar uma quantidade em demasia de força de trabalho ociosa. É um dos motivos pelo qual milhões de europeus são "distribuídos" pelo mundo.

O imperialismo e o colonialismo são, por meio disso, interpretados como soluções necessárias para as contradições internas acumuladas que assediam qualquer sociedade civil "madura". Hegel explicita que a crescente acumulação de riqueza, por um lado, e a produção de uma "ralé penuriosa", mergulhada nas profundezas da miséria e do desespero, por outro lado, criam o cenário para a instabilidade social e a guerra entre classes, que não pode, segundo sua análise, ser mitigada por qualquer transformação interna no funcionamento da sociedade civil. A superprodução e o subconsumo, provocados por desequilíbrios na distribuição da renda, também solapam a coerência interna do empreendimento industrial. A sociedade civil é forçada a buscar uma transformação externa por meio da expansão geográfica, pois sua "dialética interna" cria contradições, não admitindo soluções internas. (Harvey, 2005, p. 101)

Estendendo o diálogo a Sorre, percebemos que ao analisar as migrações sem abandonar as lentes da ecologia, o geógrafo francês não vislumbra que o excedente de população expelido nada tem a ver com os recursos naturais em escassez, como de maneira semelhante enunciou Thomas Malthus, mas dizem respeito a formação de uma

¹⁰ A grande beleza da produção capitalista consiste em que ela não apenas reproduz constantemente o trabalhador assalariado como trabalhador assalariado, mas produz, em relação à acumulação do capital, sempre uma superpopulação relativa de trabalhadores assalariados (Marx, 2020, p. 387).

superpopulação relativa. É da forma de organização da sociedade a raiz do dito excedente de população que necessita migrar.

Na exposição acima, vimos como foram os primórdios da migração enquanto categoria específica da modernidade. E brevemente nos deparamos com o movimento da totalidade chegando à particularidade da formação de Francisco Morato, quando falamos de cafeicultura e imigração europeia para o território brasileiro. Concluiremos no próximo tópico o argumento do migrante como fenômeno contemporâneo resultante da mobilização e mobilidade do trabalho, haja visto que o debate acerca do próprio trabalho surge como necessário, e finalizamos a seção abordando o movimento interno de formação de um mercado nacional de trabalho, diretamente relacionado ao processo formativo moratense.

3.3 Da Europa ao Brasil

No final da idade média, com o surgimento das armas de fogo¹¹ e a construção de uma mentalidade do trabalho, além da acumulação primitiva, decorre a formação da sociedade capitalista. O desequilíbrio populacional instaurado pela forma social do capital diz respeito ao emprego de leis sanguinárias na expropriação dos camponeses da terra, e na consequente aglomeração de grandes contingentes populacionais nas cidades - desprovidos de qualquer meio de subsistência - prontos para a venda da força de trabalho que agora se vêem detentores. Necessários ao movimento de pressão sobre os salários daqueles que estão empregados, a força de trabalho ociosa é tão importante quanto aquela efetivamente em operação. Contudo, conforme avança o desenvolvimento das forças produtivas, e o capital vivo é substituído por capital morto¹², o excedente da mercadoria força de trabalho mobiliza-se ou é mobilizado para onde quer que seja possível trocar tempo de vida por dinheiro. É mais ou menos o que ocorreu durante a segunda metade do século XIX, com os camponeses em suma maioria expropriados e a segunda revolução industrial rodando a todo vapor na Europa ocidental¹³. Ainda que numa leitura completamente destoante desta apresentada, Max Sorre identifica tal movimento:

¹¹ Não foi porém a força produtiva, mas pelo contrário uma retumbante força destrutiva que abriu caminho à modernização, a saber, a invenção das armas de fogo. Embora essa correlação há muito seja conhecida, nas mais célebres e consequentes teorias da modernização (inclusive o marxismo), sempre lhe foi dada pouca importância (Kurz, 1997).

¹² "Com efeito, o desenvolvimento da produção mecanizada fixa uma parte sempre crescente do capital numa forma em que ele, por um lado, pode ser continuamente valorizado e, por outro, perde valor de valor de uso e valor de troca tão logo seu contato com o trabalho vivo seja interrompido." (Marx, 2020, p. 322)

¹³ "Na Europa, o capital não hesita um instante, pois a classe trabalhadora constitui seu acessório vivo, sempre superabundante, sempre à disposição." (Marx, 2020, p. 389)

Entre 1846 e 1932, 52 milhões de pessoas deixaram a Europa; um terço saiu das Ilhas Britânicas. Até aproximadamente 1880, a Grã-Bretanha forneceu metade do contingente. Depois, a Alemanha, entre 1889 e 1895, e a Itália entraram com participação importante na composição da corrente migratória.

Na perspectiva de Sorre, a questão está diretamente relacionada ao habitat, no sentido ecológico. Afinal, "a noção de meio é comum ao biólogo e ao sociólogo, que trabalham sobre o mesmo dado que o geógrafo, e desempenha papel essencial na geografia humana, pois o grupo humano é inseparável de suas condições de existência" (Sorre, 1984, p. 126). Para ele, a mobilidade humana sobre o espaço surge como uma característica natural da relação homem-meio. Entretanto, a mobilidade que observamos diz respeito à mobilidade do trabalho, isto é, está relacionada às pessoas que tornam-se trabalhadores livres que detêm a liberdade de vender voluntariamente sua força de trabalho onde quer que seja (GAUDEMAR, 1977).

Quando o equilíbrio entre os recursos de uma comunidade e suas necessidades é rompido, ou mesmo quando ameaça romper-se, essa comunidade pode ser abandonada por uma parcela, algumas vezes pela maioria de seus membros, que parte para agregar-se a outro habitat ou fundar um novo. O habitat original é, algumas vezes, totalmente abandonado. As migrações têm caráter definitivo. A mobilidade, que se manifestou sob pressão das necessidades, desaparece com a constituição do novo habitat, podendo ressurgir se este novo habitat não atender às esperanças dos migrantes. (Sorre, 1984, p. 130-131)

Ora, se a venda da sua força de trabalho não for possível, ou o acesso às terras para a subsistência for impedido, não há outro caminho senão mover para onde tais coisas sejam concretizadas. Então não percebe Sorre que no capitalismo aquele cujo laço com o habitat é rompido, mediante a expropriação dos seus meios de subsistência, torna-se por imposição força de trabalho¹⁴. E sob esta condição, deve voluntariamente mobilizar-se para adquirir o acesso aos meios de subsistência; a terra ou a venda da sua mercadoria força de trabalho. E esta posição, de detentor da mercadoria força de trabalho, somente ocorre aos sujeitos da modernidade, que são expropriados de qualquer meio de subsistência e vivem numa sociabilidade fetichizada constituída da relação entre pessoas mediada por coisas. É o trabalho humano abstrato¹⁵, que ao mesmo tempo que é mercadoria também cristaliza-se nela, o fundamento da questão migratória.

¹⁴ "A força de trabalho é definida então sem equívocos, como a mercadoria que um homem possui ou ainda o conjunto de faculdades psíquicas, físicas e intelectuais que existem no corpo do homem, na sua personalidade viva, e que ele tem que pôr em movimento para produzir coisas úteis. Mercadoria que tem a virtude específica de transformar dinheiro em capital. Esta mercadoria possui, do mesmo modo que qualquer outra, um valor. Como se determina esse valor? Pelo tempo de trabalho necessário a sua produção. Existe então, e é importante prosseguir, um processo de produção da força de trabalho." (Gaudemar, 1977, p. 189)

¹⁵ Convém esclarecer desde logo que não se trata da forma da actividade humana tout court, ou do "processo de metabolismo com a Natureza", mas sempre e apenas do "trabalho abstracto" encarnado na forma do valor ou da mercadoria, do "dispêndio de força de trabalho humana" como fim em si mesmo sob as condições materiais estabelecidas pela concorrência dos sujeitos no mercado. (Kurz, 1991)

Fica claro, portanto, que na modernidade a migração surge como uma categoria específica desta sociabilidade marcada pelo trabalho. O trabalho, também como especificamente da sociabilidade do capital que objetiva a valorização do valor¹⁶, carrega consigo a mobilização e a mobilidade como pressupostos da sua existência, de modo que ao mesmo tempo que emerge como imposição é conjuntamente internalizada como aspecto natural da condição humana. E isto só é possível porque tratamos de uma organização social que pela sua natureza é mundializada, operando sobre todas as partes do planeta unificando diferentes modos de vida sobre pressupostos categoriais únicos. Daí a necessidade de adentrarmos no debate sobre a migração e o trabalho, visto que estas categorias, com as suas devidas particularidades, operam sobre o processo de modernização brasileira. É com a ideia de que a mobilização da força de trabalho liberado para a expansão capitalista formou o pano de fundo de todos movimentos migratórios particulares e diferenciados da modernidade que a formação e reprodução da periferia enquanto síntese negativa pode ser analisada, compreendendo este fenômeno social contemporâneo no seu nexos interno (KURZ, 2005).

3.4 As Categorias da Modernidade no Território Brasileiro

Como exposto no tópico acima, na Europa Ocidental, terra natal da modernidade, o processo de formação da superpopulação relativa esteve mais ou menos completo em meados do século XIX. Em um mundo capitalista pronto, reinando a propriedade privada e o assalariamento, a forma mercadoria alcança a todos os sujeitos. Nesse mundo fechado a determinada camada social, no sentido do acesso a terra e aos meios de subsistência, logo o exército industrial de reserva expande-se de tal maneira que não pode nem ser absolvido sazonalmente, tão pouco em uma nova rodada de desenvolvimento das forças produtivas. Assim, com o avanço dos meios de produção proporcionado pela segunda revolução industrial, o sistema mundial produtor de mercadorias viu-se obrigado ao remanejamento dessa grande massa ociosa de trabalho humano abstrato localizada no seu centro.

As coisas são bem diferentes na periferia do sistema, especificamente no Brasil. Na segunda metade do século XIX, ainda sob o regimento da escravidão, o capital transforma, ainda que a passos lentos, os trabalhadores escravizados em livres, além de instituir de forma

¹⁶ Na modernidade, a estrutura social é determinada pela tentativa de subordinar tudo o que é humano à valorização do capital (seja nas formas do capitalismo concorrencial ou do capitalismo de Estado). A lógica do capital consiste no fato de produzir, mediante a aplicação de força de trabalho humana, "riqueza abstrata" (Marx), fazer de um dólar (ou euro ou real) dois, num processo infinito de valorização como um fim em si mesmo. Somente essa lógica fez da produção de mercadorias e, deste modo, do mercado, um sistema universal dominante da sociedade. (Kurz, 2005)

ferrenha a propriedade privada da terra após a Lei de Terras de 1850. Assim, nega àqueles que constituíam a base da exploração da colônia, e um dos frutos da acumulação primitiva, e portanto, da acumulação de riqueza da metrópole, o acesso aos meios de subsistência. Desenvolve-se neste momento os primeiros elementos do que viria a ser a base do mercado nacional de força de trabalho. Os movimentos de instauração do trabalho livre e da propriedade privada no Brasil, isto é, o assalariamento e o latifúndio como pilares da sociedade brasileira, têm o poder da metrópole por detrás dos capitalistas que a realizam. Portanto, são as necessidades de transformação da relação social intermediada por coisas (MARX, 2020) que impõe ao novo mundo as categorias e dinâmicas da metrópole que o dominou. O ajuste espacial, fundamental para a crise de superpopulação relativa no coração do sistema capitalista europeu do século XIX, opera na transformação das antigas colônias europeias, levando para aquilo que era um fonte de extração de mercadorias as características do mundo capitalista fechado, formando os Estados Nacionais periféricos submetidos a divisão internacional do trabalho. A formação e modernização do Estado nacional brasileiro, dada as suas particularidades, não foi diferente. A expropriação dos trabalhadores do campo, a crise das regiões, a mobilização de grandes contingentes de força de trabalho, a industrialização concentrada, a aglomeração da classe trabalhadora em centros urbanos, a metropolização abarcando diferentes municípios sob a regência do centro urbano maior. Todos elementos presentes na modernização brasileira. Além disso, há nas relações de trabalho dos operários da estrada de ferro características da Europa urbana-industrial. Não é exagero lembrar que a The São Paulo Railway Company Limited foi uma empresa britânica. Daí a formação do distrito de Belém, etapa anterior do município moratense, surge como uma singela parte da necessidade desta modernização, nitidamente clara no café escoado pela ferrovia. Já no período fervoroso da modernização retardatária brasileira, a partir de meados da década de 30 do século passado, a formação do mercado nacional de trabalho foi desenvolvida a todo vapor em desdobramentos críticos do processo de acumulação.

3.5 Os primórdios da migração e do trabalho no Brasil

Mediante as necessidades de elevada produção da cafeicultura brasileira pelos países centrais do capitalismo, diferentes articulações de modernização no território brasileiro ocorreram durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX. Além disso, a crise de 29, e do café, desdobrou-se na ascensão do capital industrial no Estado de São Paulo nos anos posteriores, atraindo milhões de migrantes nacionais para os novos empregos industriais que ali emergiram. Nesse momento, os primeiros grupos de trabalhadores começaram a ocupar

áreas de menor distância dos centros empregatícios paulistanos, seja morando em cortiços ou nas próprias dependências do emprego. Com a industrialização da cidade de São Paulo, em poucas décadas quase a totalidade periférica do município estava ocupada pela enorme massa de trabalhadores que chegavam ano após ano. Concomitantemente, os municípios que circundavam a metrópole paulista foram submetidos à dinâmica da capital estadual. O que antes eram vilarejos e distritos formados por necessidades estruturais da produção do café tornou-se municípios, em parte para atender as necessidades de expansão da cidade de São Paulo estimulada pela industrialização e a consequente mobilização de milhões de pessoas para o trabalho na indústria, construção civil e no setor de serviços.

O escoamento do produto da cafeicultura para as nações do norte formou diferentes vilarejos e distritos ao longo do espaço que intermediava o transporte do café entre o interior e o litoral paulista. Belém, distrito que origina Francisco Morato, é um deles. Analisando a história do vilarejo formado a partir da necessidade de construção de um túnel para a passagem da estrada de ferro, observamos nos sujeitos marcados nesse processo os desdobramentos da superpopulação relativa europeia da segunda metade do século XIX.

Na duplicação da linha férrea, e consequentemente duplicação do túnel de Botujuru, o engenheiro britânico Henry J. Beeg ficou responsável pela obra. Contratado da “Ingleza”, como era conhecida a The São Paulo Railway CO, o engenheiro supervisionava e orientava diversos funcionários. Sob sua figura pairava os comentários de excessivo rigor e violência com seus comandados. Em abril de 1898, Beeg foi assinado. Segundo noticiado pelo jornal O Estado de São Paulo (Figura 3), o engenheiro teria sido morto pelo carpinteiro italiano Antonio Madaloni nos arredores da linha férrea em decorrência de questões envolvendo o trabalho na obra do túnel.

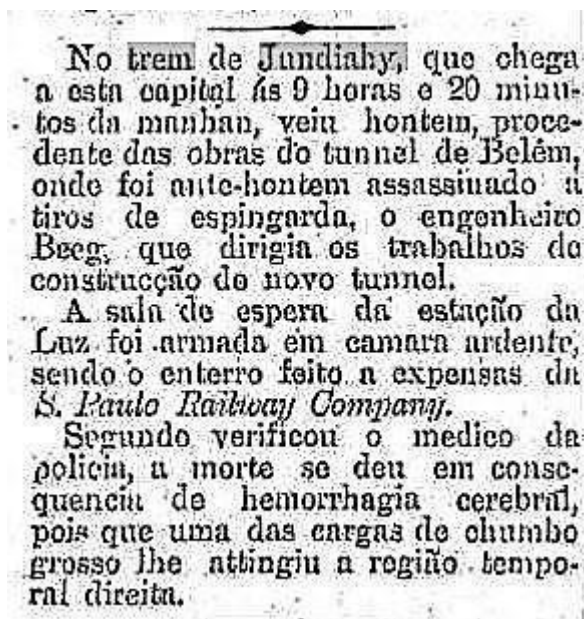


Figura 3 - Notícia da morte do engenheiro Henry J. Beeg. O Estado de São Paulo, abril de 1898.

A par do crime, o caso exemplifica a ocorrência de relações trabalhistas entre dois estrangeiros europeus em solo brasileiro, na área de imediato contato com Francisco Morato, na década de 1890. Nesse período da duplicação da linha férrea, no fim do século XIX, milhões de pessoas europeias migraram para o Brasil, principalmente as de origem italiana. Aparentemente, a perspectiva fetichista de atração de “mão de obra qualificada” e a necessidade da modernização brasileira, condicionada pelo café, surge como principal causa desse movimento migratório. Ao mesmo tempo, há um processo mundializado que pressupõe a transformação tanto do território de destino dos migrantes como o de origem. No continente europeu, a superpopulação relativa no contexto da segunda revolução industrial fez com que nas últimas décadas do século XIX a reprodução da vida de parte considerável da população europeia se tornasse inviável. Mediante a isso, a migração que aparece como escolha livre do indivíduo por melhores condições de vida tem por trás um processo violento de mobilização dos corpos daqueles sujeitos condenados pela condição ociosa da sua força de trabalho. A mercadoria impõe aos trabalhadores a livre e constrangedora escolha de venda da sua força de trabalho, e ao mesmo tempo, personifica nos próprios trabalhadores, enquanto mercadoria, as suas imposições. Daí carregam consigo ao novo continente a lógica do mundo capitalista, mesmo que não tenham trazido completamente a visão positiva do trabalho¹⁷, contribuindo

¹⁷ Interessa, por fim, ressaltar que foi o trabalho escravo que conformou a visão positiva de trabalho, ao contrário do que argumenta a maior parte da literatura brasileira de que a visão positiva do trabalho veio com o europeu. O Brasil é racista e o escravismo é a base disso. A crítica de Chalhoub a Fernando Henrique Cardoso revela o fazer-se do escravo como “sujeito”, que é diferente daquele do imigrante italiano que já chega “sujeito”. A força da crítica da cisão está em criticar a história deduzida, aquela sem história; está em focar o negativo. Falar apenas da metrópole ou da região em processo de metropolização, não por acaso, foi o caminho de todo o

para a consolidação das categorias do capital nesse recém formado Estado nacional (Kurz, 1992)). O ponto é que o crime cometido por Antonio Madaloni, como assim está julgado pelos registros históricos, é um retrato de um momento histórico que nos permite relacionar a mobilização de força de trabalho europeia na tentativa de mitigar a crise pela expansão externa, ocorrida em meados da segunda revolução industrial na Europa, com a formação do que conhecemos hoje como município de Francisco Morato.

Mesmo que diante de relações ligadas à formação do município de Francisco Morato, ainda é necessário compreender as migrações e o trabalho na particularidade nacional brasileira. Esperamos que com esta última relação entre o crime do túnel de botujuru e a mobilização de trabalho europeia para o momento de modernização brasileiro, esteja claro que as dinâmicas do capitalismo europeu, em relação à migração e ao trabalho, são os alicerces do processo de surgimento do município moratense, tanto pela ação de produção do espaço capitalista periférico brasileiro pelas dinâmicas do capital europeu, como pela imposição de categorias da sociabilidade capitalista europeia. Agora faz-se necessário o entendimento dos desdobramentos internos dessas categorias, isto é, como a mobilização e a mobilidade do trabalho no Brasil institui e condiciona Francisco Morato enquanto síntese negativa da urbanização oriunda da modernização retardatária.

Para tal, abordaremos a formação do mercado brasileiro de trabalho a partir da década de 30 e a periferização associada a este processo, além da condição da classe trabalhadora migrante da Cidade de São Paulo na segunda metade do século XX. Quanto ao primeiro ponto, estabeleceremos um diálogo com a dissertação de mestrado *“O Jardim Ibirapuera: da imposição à crise do trabalho”* de Daniel Giavarotti. Conjuntamente, discutiremos a mobilização e mobilidade do trabalho na produção do espaço periférico da metrópole paulistana, considerando o município de Francisco Morato como uma espécie de extensão dela, a partir de relatos de moradores moratenses e do filme *“O Homem Que Virou Suco”*, dirigido por João Batista de Andrade.

4. FORMAÇÃO E REPRODUÇÃO DE FRANCISCO MORATO

Diversos foram os diálogos realizados que transformaram-se em fonte de análise da mobilidade e da mobilização do trabalho na formação de Francisco Morato. A história de vida de pessoas que hoje residem no município moratense com certeza fariam deste TGI uma obra de grande riqueza, essencialmente pela forma como a história do município mistura-se, e em

marxismo nacional, que abstraiu o negativo, como se não houvesse processo histórico fora da metrópole, apenas na “locomotiva” do país... (Grupo de Crítica do Valor-Dissociação, 2012, p. 7)

partes confunde-se, com a história dos sujeitos. Contudo, objetivando preservar a privacidade e a identidade delas, optamos pela substituição dos relatos de vida pela abordagem de um produto cultural que assemelha-se à história das pessoas que entrevistamos ao longo de um ano de produção deste TGI. Nesse sentido, não houve perdas significativas de conteúdos e conseguimos analisar o trabalho, e sua mobilização e mobilidade, como condição internalizada e imposta aos indivíduos. Este paralelo mostrou-se possível com a obra cinematográfica "O Homem Que Virou Suco", que tematiza a condição do migrante nordestino enquanto classe trabalhadora em São Paulo.

No filme "O Homem Que Virou Suco", de 1981, o personagem principal é Deraldo, um migrante nordestino que mora de aluguel em um quarto na periferia da cidade de São Paulo. Poeta, Deraldo recita aos quatro cantos suas poesias, abordando através da expressão artística seus questionamentos a vida mediada pela imposição do trabalho que todo migrante é submetido. Ainda que dentro da lógica de exploração da força de trabalho, o personagem principal abdica ao máximo da troca voluntária do tempo de vida por dinheiro, independente de ser na indústria, construção civil ou serviço doméstico. Porém as coisas mudam quando o assassinato de um patrão por um empregado toma conta dos noticiários. Deraldo é confundido com o assassino e tem o seu rosto estampado na seção policial do jornal como sendo o criminoso. Sem documentos, e fugindo das forças policiais, o personagem principal parece assumir o papel do empregado explorado que assassina o patrão. Daí começa a peregrinação de Deraldo entre diferentes ambientes de trabalho, pois mesmo que tenha incorporado a condição de trabalhador explorado não abandonou suas perspectivas críticas em relação ao modo como a reprodução da vida na metrópole paulista se dava, e assim questionava a maneira como era tratado nos empregos que arrumava, resultando frequentemente em desligamento. A mobilidade experimentada por Deraldo, nordestino natural da Paraíba, o submete a uma enorme gama de violências, desde preconceitos a agressão física.

Trabalhando na construção civil, o poeta se depara com um enorme grupo de trabalhadores do nordeste. Lá mesmo na obra, do que viria a ser os prédios de residência da classe média alta paulistana, residem a maioria deles, que recebem cartas dos seus familiares nordestinos. Sendo o único com domínio da leitura e escrita, Deraldo lê as cartas destinadas aos seus colegas de emprego. Nelas, os relatos da expropriação dos trabalhadores do campo no nordeste são evidentes. Assim como ocorreu a eles mesmos, seus familiares parecem não encontrar os meios para a reprodução da vida na região. Ainda que a seca seja citada - e esta não deixa de ser uma questão social -, são os processos sociais que desencadeiam a problemática. Na condição de pertencentes ao capital, mesmo fora da relação de

assalariamento, e submetidos a expropriação da terra em que vivem, escrevem na esperança de receberem notícias favoráveis sobre as condições de reprodução da vida em São Paulo. Paira sobre suas cabeças o constrangimento da escolha de ficar na região mesmo sem condições de reproduzir a vida ou migrar sem saber ao menos se terá como vender sua força de trabalho. Numa carta escrita por uma das noivas de um dos trabalhadores, Deraldo lê um trecho que evidencia tal questão:

"Por aqui vai tudo bem, só meu pai e meus irmãos que só falam de abandonar tudo, de vender a terra e ir para São Paulo também. Não está dando. A terra é pequena demais, só dá trabalho e no fim não rende nada. Não temos dinheiro para plantar mais e nem para comprar o trator. E o Dr. Armindo, que sempre prometeu vender mais um pedaço de terra para a gente, agora negocia. Só fala em comprar a nossa. Não sei o que esse homem quer fazer com tanta terra, quase toda parada, sem plantar, sem nada. Por isso meus irmãos Antônio e Wilson pedem para você escrever contando como é a vida aí em São Paulo, se dá pra arranjar emprego ganhando mais ou menos. Não precisa ser muito, o suficiente para sustentar a família. Um pouco que cada um ganhe, somos 8 pessoas, dá para viver, né?"

Nos diálogos com os moradores de Francisco Morato migrantes de outras regiões, principalmente do nordeste, vários foram os relatos de falta de acesso à terra, de escassez no cultivo, da dificuldade de obter renda onde moravam. E assim como nesse trecho da carta, vieram junto de outros familiares, o que naquele momento contribui na divisão dos gastos, no acolhimento um do outro, enfim, na luta com a violenta reprodução da vida enquanto expropriado e trabalhador explorado na metrópole.

Dividindo aluguel na periferia da cidade de São Paulo, almejavam como objetivo de vida o terreno próprio, a "casinha" que os libertaria da necessidade de locação da morada. No filme, não nos deparamos com a autoconstrução propriamente dita, mas se olharmos para a arquitetura do ambiente em que reside Deraldo e a cena de procura pelo homem semelhante a ele, perceberemos uma paisagem de moradia autoconstruída (Figura 4).



Figura 4 - Deraldo bate palmas na porta de uma casa autoconstruída. Filme O Homem Que Virou Suco, 1981.

Além de autoconstruir sua própria moradia, os trabalhadores da construção civil utilizam do conhecimento adquirido no emprego para trabalhar como servente e/ou pedreiro aos finais de semana, ou auxiliam os colegas e vizinhos que estão autoconstruindo suas casas. O custo da reprodução do trabalhador recai sobre ele mesmo, e tal fato não só elucida a violência do processo social como o sustenta. Não há acumulação sem que estes custos não fossem repassados aos trabalhadores, ou seja, sem que a autoconstrução estivesse incluída no trabalho socialmente necessário para a reprodução do capital¹⁸. Ainda que haja essa periferia autoconstruída pela exploração da reprodução do trabalhador enquanto força de trabalho, como acontece em Francisco Morato, o movimento não é de homogeneização periférica no sentido patrimonial dos trabalhadores.

Como demonstrou CARMO (2021), um mesmo espaço periférico pode ser habitado por pessoas de poder aquisitivo distantes e experiências na vivência do espaço completamente destoantes. No filme, Ceará, personagem dono do bar próximo a viela que Deraldo reside, personifica o sujeito burguês que discursa legitimando o trabalho¹⁹. O comerciante tem cômodos e casas construídas, além do próprio comércio que fornece bebidas e alimentos para os vizinhos. Nas suas falas identificamos a contradição da necessidade e anseio por mercadorias, mediado pelo trabalho, internalizada no sujeito. Em uma delas, assim fala Ceará: *Seu Deraldo, vai trabalhar seu vagabundo. Tá pensando que eu consegui tudo isso daqui com o quê?*

¹⁸ Daniel Giavarotti lembrou a importância de problematizar a família e a mulher na questão da autoconstrução, saindo de um ponto de vista do marxismo tradicional para a perspectiva do Valor-Dissociação. Ou seja, pensar a questão do gênero na reprodução do trabalho socialmente necessário.

¹⁹ Evidenciado por Gaudemar (1977), a mercadoria é a condição como o capital - e o próprio sujeito - compreende a si mesmo, ou seja, como força de trabalho cuja mobilidade e afirmação positiva é mais do que necessária.

Foi com o suor dos meus olhos. Veja isso daqui, seu Deraldo. Veja tudo isso (apontando para as casas das quais é dono). Eu trabalhei e muito!! Foi muita fome que passei, foi muito trabalho!!

Longe da fervorosidade das falas de Ceará, muitos dos discursos que encontramos nas nossas conversas com outros moradores moratenses, detentores de algum bem, lembravam a personificação do sujeito burguês que visualiza no trabalho que o domina a ascensão social e econômica. Assim como Ceará, também são migrantes do nordeste e sujeitados a exploração do trabalho na metrópole, mas “[...] ocupa o lugar daquele que produz valor maior do que necessita para reproduzir-se enquanto trabalhador” (Giavarotti, 2012, p. 24), constituindo patrimônio através do comércio, aluguel de imóveis ou de cômodos, estabelecendo-se assim como um pequeno proprietário periférico.

A personificação ainda aparece em diferentes personagens do filme, como por exemplo no encarregado da obra do prédio, que mediante a uma posição de pequeno poder dentro da divisão social do trabalho, personifica o patrão - sujeito burguês que explora os trabalhadores em busca da extração da mais-valia (GIAVAROTTI, 2012). Diversos foram os relatos de chefes e líderes que mostraram comportamento semelhante ao do encarregado do filme, inclusive resultando em trocas de emprego pelos nossos entrevistados.

Na película, Deraldo tem relativa facilidade em encontrar um novo trabalho. Quando é despedido da obra, logo começa a trabalhar no serviço doméstico de uma família rica de São Paulo. Quando larga o posto, em pouco tempo é informado por um ex-colega da construção civil que uma grande obra do metrô estava realizando contratações. Nos diálogos com diferentes residentes de Francisco Morato não foi diferente. A maioria relata que, relacionada ao período do final da década de 70 e começo de 80, as oportunidades de emprego eram abundantes. Um deles lembrou que quando desembarcou do ônibus em São Paulo, vindo do norte de Minas, se deparou com um veículo parado e com homens ao redor segurando placas com os dizeres: *emprego, início imediato*. Era nítido, portanto, que o boom fordista brasileiro²⁰ ainda encontrava alguma capacidade de absorção de força de trabalho.

No processo de integração na obra do metrô, Deraldo é apresentado a um vídeo sobre comportamentos ideais no trabalho e na cidade de São Paulo para um migrante nordestino. Extremamente incomodado, o personagem principal depara-se com o necessário disciplinamento para o trabalho. Aquele momento integrativo representa algo que está em todo o movimento de vida dos sujeitos modernos, que é a dimensão psíquica e física de condicionamento da produção da força de trabalho. A vida na metrópole paulista representa,

²⁰ Keynesianos e desenvolvimentistas costumam lembrar o período em que a indústria brasileira “prosperou”, entre as décadas de 30 e 70 do século XX, com o termo “milagre econômico”.

assim, um violento processo de disciplina para o trabalho. Em uma mudança cultural brusca, a violência contra o migrante é mediada pelo trabalho e atravessa as dimensões cultural, econômica, física e psicológica.

Diferentes falas lembraram as violências sofridas por moradores moratenses no trabalho, no transporte, na periferia, e na vida cotidiana em si, durante todo o período em que trabalhavam ativamente. Uma das pessoas relata que levou um colega de trabalho para mostrar-lhe o terreno em Francisco Morato e sugerir a aquisição em conjunto, dividindo as parcelas restantes. Chegando no trabalho em São Paulo, o amigo contou a todos que o terreno era um barranco tão grande que se plantasse um pé de coqueiro lá de cima dava para ver o topo da copa da árvore. O patrão e os colegas riam do lote que o colega de trabalho comprou em muitas parcelas. Nesse sentido, percebemos que a reprodução da vida tomava um caráter de violência em diferentes esferas do cotidiano.

E essa busca por lotes nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo evidencia que a aquisição de terrenos ou casas na periferia da cidade de São Paulo tornava-se inviável pela classe trabalhadora que ainda não o tinha feito. A opção do aluguel, e isto é bem claro nos relatos, mostra-se delicada para a reprodução da vida social. Ao mesmo tempo, o capital necessitava atribuir ao próprio trabalhador o custo da sua reprodução para manter o processo de acumulação, ainda que este já desse alguns sinais da sua crise, se não a fosse totalmente.

Odette Seabra (2003), apresenta aquilo que foi a chegada dos italianos no Bairro do Limão, na virada do século XIX e XX. Esses oriundos da superpopulação relativa europeia, discutida anteriormente neste trabalho, ainda distribuem-se por vários outros bairros paulistanos, em grande maioria do centro da cidade e do seu entorno. Quando a segunda grande leva de expropriados chega ao município paulistano - brasileiros migrantes de outras regiões e estados brasileiros entre as décadas de 30 e 90 - as áreas próximas aos centros empregatícios, a parte central, já estão ocupadas. Não há viabilidade de aquisição de terrenos, e nem de aluguel no longo prazo, para a classe trabalhadora estabelecer residência nessas áreas centrais. Nessas condições, logo se vem autoconstruindo no espaço periférico da metrópole. A partir da década de 80, o emprego industrial e da construção civil não mais são capazes de absorver tamanho contingente de mão de obra, em decorrência da crise de 70 da social-democracia europeia. Na particularidade do Brasil, a crise internacional do petróleo e a inflação extremamente elevada conjugam num desastre econômico que leva ao enfraquecimento e término do regime militar nos anos 80. Coincide de ter, neste momento, um boom populacional no município de Francisco Morato. As condições de reprodução da

vida na cidade paulistana tornam-se críticas. No entanto, o movimento não é mais de pessoas pobres sendo afastadas do centro da cidade, e sim da periferia. O trabalhador periférico dos anos 80 da capital paulista, que ainda não tinha constituído patrimônio - em essência seu próprio local de moradia - vê-se pressionado pelo preço da terra e dos aluguéis, associado à inflação galopante, e daí passa a migrar para os municípios da Região Metropolitana de São Paulo. A criação da RMSP resulta da metropolização, não como maneira de acumulação capitalista mas como forma de rearranjo espacial da sua crise, isto é, da superpopulação relativa e a crise do trabalho a ela associada.

Em Francisco Morato, nos relatos que colhemos de diversas pessoas, muitos vieram da Zona Sul (Jardim Miriam e Jabaquara, por exemplo), e Zona Norte, principalmente da Brasilândia. Ali residiam, seja na forma de aluguel, "de favor" em casa de parente, até mesmo terreno próprio, e não tinham mais na periferia da metrópole as condições para a reprodução da vida social. A mudança para o município de Francisco Morato, no sentido do processo de periferização, indica a existência de condições de reprodução enquanto trabalhador. Havia transporte até os centros empregatícios de São Paulo através do trem metropolitano, mesmo que significasse um encaixotamento. Os terrenos eram relativamente baratos, à medida que podiam ser parcelados a perder de vista. O desafio da autoconstrução já não era, e talvez nunca tenha sido, algo novo para essas pessoas. Ainda que em contextos diferentes, nos deparamos com sujeitos mobilizados duas vezes: na chegada à cidade e na saída dela. Instigado pela questão de Giavarotti (2012, p. 14) "por que comprar um lote de terra de 250m² nos arredores da cidade apareceu aos primeiros moradores do Jardim Ibirapuera como uma estratégia de sobrevivência possível e, depois de 30 anos, tal estratégia começa a tornar-se inviável a trabalhadores como eles?" nos levou a seguinte pergunta: teria a pequena propriedade, dos próprios trabalhadores, que se forma na periferia da cidade de São Paulo contribuído para esse segundo momento de mobilização da própria classe trabalhadora para os municípios periféricos da RMSP? Dialeticamente, a própria existência da propriedade nos aponta algo sobre a questão. Para que haja a propriedade pelos sujeitos é preciso que exista o seu correlativo, que é aqueles que não detém propriedade. Os nossos diálogos sugerem que personificando a mercadoria internalizamos essa contradição, de modo que temos a necessidade e o desejo de ter, mas não temos. Então, em certa medida, ao preencher o espaço periférico da metrópole paulista com a posse/propriedade da terra, seja por ocupação, loteamento etc., a massa de trabalhadores se dispersa em busca da posse/propriedade da terra na Região Metropolitana de São Paulo. Esta hipótese, nitidamente, necessitaria de um aprofundamento maior. Mas, para a particularidade moratense, a década de 80 e 90 ficou

marcada pela chegada de parte dessa massa de trabalhadores da capital paulista, que agora enxergavam - novamente seja na forma de loteamento, ocupação, etc. - a possibilidade de fincar pé onde as condições de deslocamento para o trabalho ainda eram mais ou menos favoráveis. O problema é que na “nova periferia” também há esgotamento de terras, principalmente daquelas que permitem a ida - ou a busca - ao emprego sem a necessidade de maiores custos ao trabalhador, isto é, o acréscimo de transporte e tempo de deslocamento. Logo os bairros que circundam a estação de trem, destino de quase que a totalidade da população naquele momento todos os dias pela manhã, já não são mais acessíveis. A terra começa a valorizar-se e os aluguéis ganham forma. Em parte, pelas imobiliárias que se estabelecem como os negócios das elites locais, estruturando os loteamentos. Por outro lado, nas casas dos fundos de quintal construída pelo trabalhador industrial, ativo ou aposentado, ou no aluguel de dois cômodos e banheiro pelo carpinteiro da construção civil, que ele mesmo constrói e aluga, ou no pequeno comércio que fornece os itens de consumo rápido (bebidas, alimentos enlatados, temperos etc.) que os parentes e/ou filhos tomam de conta enquanto os pais trabalham.

Nesse sentido, a condição periférica moratense toma forma a partir da migração e do trabalho, mas reproduz-se pela mediação do dinheiro. Os que ali residem, ainda que trabalhadores assalariados e explorados na metrópole, constituem um "grupo capaz de transformar dinheiro em capital" (Giavarotti, 2012, p. 24). E nessa condição, alugam quartos e casas, ou comercializam produtos necessários à reprodução da força de trabalho. Por outro lado, aqueles que não constroem patrimônio trocam o dinheiro do seu salário por aquilo que os oprime, necessidade e desejo de mercadorias. (GAUDEMAR, 1977).

Na dimensão da força de trabalho individual, ou seja, do trabalhador possuidor da mercadoria força de trabalho, é através das particularidades e do subjetivo do sujeito condicionado que a obrigatoriedade da livre escolha de se vender ao capital para satisfazer a necessidade da própria reprodução mostra-se presente na decisão, também livre, de estabelecer moradia em Francisco Morato. Isto é, no fetichismo daquilo que denominamos trajetória de vida (GIAVAROTTI, 2012) compreendemos o estabelecimento de residência em Francisco Morato. Trajetórias que tem a moradia estabelecida, anteriormente a Francisco Morato, na cidade de São Paulo, seja na forma de aluguel, cortiço, pensão ou “morando de favor” Daí depois, com o desenvolvimento urbano-industrial da cidade mobilizando os próprios trabalhadores precursores deste processo - até mesmo os assalariados da indústria ou construção civil relativamente "melhores posicionados" no mercado de trabalho- para constituir a reprodução dos trabalhadores na periferia, não só mais da metrópole mas da

Região Metropolitana como um todo, ou seja, um movimento de metropolização que implica a produção, reprodução e expansão do tecido urbano mediado pela mobilidade do trabalho²¹.

4.1 Reprodução de Francisco Morato na Crise do Trabalho.

Como anunciou Kurz (1992), o colapso do socialismo soviético representou uma crise no sistema mundial produtor de mercadorias. Os países de terceiro mundo, dito socialistas e/ou capitalistas, desdobraram-se em conjunturas críticas em virtude da derrota na concorrência com os países centrais da economia de mercado. No Brasil, este momento foi marcado pela transição do regime militar para a democracia, em termos políticos. Nos anos 80, a ditadura brasileira apresentava graves enfrentamentos no campo econômico, em essência a inflação e a dívida externa. Nesse período, as formas de atuação do Estado brasileiro durante aquele século foram postas em cheque²². O desenvolvimentismo promovido pelos militares não mais era possível, a criação de empregos industriais inviabilizou-se de tal forma que os grandes centros urbanos formaram verdadeiras aglomerações de precariedade e violência. Os projetos de mitigação das diferenças regionais sucumbiram, indo na contramão do objetivo proposto.

Na cidade de São Paulo, epicentro da superpopulação relativa brasileira, milhões de pessoas tornaram-se desempregadas durante os anos finais da década de 80 e começo dos anos 90. Esses sujeitos, sem dinheiro e vivendo em relações monetarizadas, não conseguiam reproduzir-se na metrópole paulista. Nem autoconstruindo, nem morando de favor, nem comprando fiado no boteco do amigo de bairro. Nem mesmo os bicos (empregos temporários de algumas semanas ou dias) eram capazes de mantê-los na periferia paulista. Este quadro oriundo da “desindustrialização” logo tomou de conta de toda a Região Metropolitana de São Paulo.

Em Francisco Morato, os relatos de ocupação dos chamados “terrenos da prefeitura” datam desse período. As terras públicas em áreas de várzea próximas aos córregos foram ocupadas, e logo formaram um mercado de aluguéis, casas e terrenos relacionados a esse espaço. Pela falta de documentação e dificuldade de parcelamento, a não ser por acordos verbais, tais imóveis tinham um valor bem menor do que os loteamentos parcelados em

²¹ Isto porque “a mobilidade do trabalho” “trata das formas como o capital produz, explora, faz circular e controla, tanto pelo lado da oferta como pela demanda, a força de trabalho como mercadoria essencial ao processo de acumulação capitalista”. (Gomes, 2009, p. 33)

²² Da parte das interpretações gerais, enquanto o clientelismo, a corrupção, a miséria, o protecionismo pareciam obra da reposição do atraso nacional, as políticas modernizadoras, ao longo do século XX, visaram melhorar a “posição diferencial” do país dentro da divisão internacional do trabalho e “atualizar” internamente as regiões atrasadas com as mais desenvolvidas.

incontáveis vezes pelas imobiliárias. Nesse sentido, protagonizaram as movimentações do mercado imobiliário periférico moratense.

Em meados dos anos 90, o plano real ofereceu algum desafogo para a economia e os pressupostos do colapso pareceram afligir menos a vida cotidiana dos moradores de Francisco Morato. A gestão do estado, mediante a crise do capital, pelos preceitos neoliberais aparecem supostamente como soluções para as mazelas sociais brasileiras e a financeirização toma de conta por completo da economia. Daí o acesso ao crédito torna-se coisa possível para os periféricos, estimulando o consumo em massa. E aqueles que migraram nos anos 70 e 80 constituem família, seus filhos frequentam ou estão concluindo a educação básica, a moradia autoconstruída concretiza-se. Assim, ainda que em condições desfavoráveis e críticas, o quadro apresentou alguma estabilidade.

Com o governo Lula (2002-2010), tais famílias passaram a realizar pequenas verticalizações nas suas propriedades, adquirir veículos automotores e vislumbrar a universidade como algo alcançável para os jovens do núcleo familiar. Os imóveis, em maioria, passaram a abrigar os filhos, netos, nora etc. Nesse momento, a compra de terrenos próprios e a ocupação já não são coisas do mundo palpável para a juventude recém chegada no mercado de trabalho. A personificação do sujeito burguês intensifica-se, os pequenos proprietários de terrenos, casas de aluguéis e/ou comércios de bairro aumentam. O consumismo é parte constituinte da realidade periférica, principalmente entre os jovens, ainda que diante de sujeitos com escassez de dinheiro em relações de vida monetarizadas.

Num quadro geral, os pressupostos do colapso parecem sair de cena. No entanto, em Francisco Morato as bases da formação e reprodução do município aprofundam-se em desdobramentos críticos. Os empregos na cidade são poucos, e em maioria no comércio. Os trabalhadores necessitam da migração pendular para efetivar a sua reprodução, ainda que Jundiaí surja como outro destino possível para além da cidade de São Paulo. Os empregos são de maioria na construção civil e no setor de serviços. Aqueles que adentram a saúde e a educação - como enfermeiros ou professores, por exemplo -, acabam apresentando, em termos periféricos, alguma ascensão social dentro dos limites possíveis do assalariamento. O “fim” do emprego industrial, conjuntamente de uma enxurrada de produtos da revolução microeletrônica em posse dos moratenses, e da população periférica em geral, parece indicar algo no mundo do trabalho muito maior do que apenas uma desindustrialização que a narrativa fetichizada aponta como “novas formas modernas de emprego”.

O desenvolvimento das forças produtivas, datada desde as duas primeiras revoluções industriais na Europa, parece atingir um nível técnico científico que desloca cada vez mais o trabalho vivo para fora do processo produtivo de mercadorias. A terceira revolução industrial, de início por volta dos anos 50 do século passado, trouxe a microeletrônica e a informática como bases da organização e execução da produção. Tão logo este grande e importante avanço na ciência consolida-se, a sociabilidade que objetiva constantemente reduzir a quantidade de trabalho socialmente necessário ao processo produtivo passa a remover continuamente o trabalho humano da produção. Daí a massa de superpopulação relativa torna-se gigantesca, como podemos observar a partir da crise dos anos 70. O trabalho deixa cada vez mais de ser ligado à produção direta de mercadorias para adentrar o setor de serviços e o comércio. Ao mesmo tempo, a quantidade de produtos produzidos é absurdamente maior. Há, portanto, a necessidade de que o consumo seja positivado cotidianamente. Mais do que isso, o consumo confunde-se com o próprio cotidiano. Nesse sentido, políticas de acesso ao crédito atuam assim na gestão da crise do trabalho pela via do estímulo ao consumo, em outras palavras, os sujeitos com pouco dinheiro vivendo em relações monetarizadas passam a acessar relativa quantidade de mercadorias pela via do crédito, aparecendo como mitigação da crise aquilo que na verdade é o resultado do próprio aprofundamento dela. O dinheiro toma um viés profundamente fetichizado, de modo que em vez de representar valor passa a simular esta representação, inclusive sobre ele mesmo.

A década de 2010 marca o período em que há o enfraquecimento da “bolha das commodities” (Pitta, 2019). Com isso, os “motores” da economia brasileira que sustentam o estímulo ao consumo enfraquecem e surge um enorme número de desempregados na sociedade. Em Francisco Morato, município periférico, muitos desses trabalhadores com força de trabalho ociosa tornam-se empreendedores de si mesmos, ou seja, uma espécie de “empregadorismo” em que o empreendedorismo aparece como uma forma de se empregar. O comércio ambulante, a venda de produtos online, os serviços de beleza a domicílio e a venda de doces e salgados são exemplos deste contexto. Isto porque essas formas de obtenção de renda, ainda que sejam muito bem sucedidas, decorrem da incapacidade do capital de absorver a enorme força de trabalho que o próprio desenvolveu, e à medida que estamos sob esta condição e temos internalizado a necessidade e desejo de mercadorias, não podemos senão procurar caminhos de troca da nossa força de trabalho por dinheiro, nem que seja nos submetendo ao emprego dado por nós mesmos.

Neste momento crítico, a supervalorização dos imóveis é tamanha que as únicas formas de acesso à moradia própria nesse espaço periférico passam a ser os programas

habitacionais (CDHU, Minha Casa Minha Vida/Casa Verde e Amarela). E não porque agora os custos estão recaindo sobre o Estado ou a iniciativa privada. É justamente o contrário, é ainda maior a parcela dos rendimentos do trabalho que têm de ser destinados a pagar por essa habitação. Nesse sentido, o salário do trabalhador não mais permite a autoconstrução, isto é, o acesso a um lote para construir por conta própria através da compra com o dinheiro que recebe do seu salário. Inclusive, os próprios mecanismos jurídicos-legislativos atuam contra esta prática, exigindo uma gama de procedimentos técnicos-normativos que requerem trabalhadores complexos no processo, aumentando os custos para quem autoconstrói, se é que ainda podemos falar que em autoconstrução nesse contexto. Mas não é o fim da autoconstrução propriamente dita. Agora ela está ligada ao fundo do terreno da família, a pequena verticalização na casa dos pais, a modificação na estrutura para a divisão dos cômodos em dois ambientes separados, enfim, alterações sobre aquelas moradias que já estão autoconstruídas. Na questão da habitação vislumbramos o questionamento quanto a aparente melhora econômica desses períodos de maior consumo obscurecendo o aprofundamento da crise do trabalho.²³

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho e a migração são categorias específicas da modernidade. Assim, sem elas não há a formação da sociedade capitalista, nem tampouco a relação entre a totalidade-mundo e suas particularidades. O migrante é, desse modo, capaz de sintetizar a relação entre pessoas mediada por coisas à medida que um processo de produção de força de trabalho impõe a ele a condição de mercadoria mobilizada e detentora de mobilidade. Nesse sentido, a migração como algo natural da essência humana, fruto da relação homem-meio, é uma visão fetichista produzida por esta sociedade que atribui como sendo propriedade das coisas aquilo que é próprio das relações sociais do capital. É a relação que funda e reproduz o trabalho como essência do valor, tempo de vida cristalizado em mercadorias, o fundamento dessa sociabilidade que domina a todos, a medida que internaliza e personifica suas categorias como verdade natural nos sujeitos.

Na particularidade brasileira da modernização, regida sob estas categorias, está o fundamento da formação e reprodução do município de Francisco Morato. Desde a formação do Estado nacional brasileiro, e as políticas modernizantes na cafeicultura paulista, o processo

²³ A crise do trabalho no contexto brasileiro dos 20 anos posteriores ao Plano Real, e a relação com os sujeitos periféricos, autoconstrução e consumismo é uma discussão que infelizmente não conseguimos aprofundar neste trabalho.

formativo moratense esteve correlacionado com a totalidade e a particularidade Brasil do movimento do capital. Isto é, a superpopulação relativa europeia exigindo do sistema um ajuste espacial que levou milhões de estrangeiros para o território brasileiro, o trabalho na produção e escoamento do café, a necessidade de impor as características do capitalismo europeu no Brasil, em essência a propriedade privada da terra e o trabalho assalariado. Todos elementos que conjugam para a formação do vilarejo na obra da linha férrea e depois na constituição do distrito de Belém. No período de modernização retardatária, e formação de um mercado nacional de trabalho, desemboca na formação de um município periférico capaz de absorver parte considerável da força de trabalho que é mobilizada pela metrópole paulista.

Daí os loteamentos, a autoconstrução e constituição da habitação dos trabalhadores em Francisco Morato como forma de reprodução da força de trabalho individual e coletiva foi, em suma maioria, reflexo direto do período de modernização retardatária brasileira, isto é, da produção e reprodução da força de trabalho nacional. E ainda, da atuação estatal na crise das regiões e nos desdobramentos negativos da urbanização.

A abordagem da história de vida dos sujeitos, através do filme “O Homem Que Virou Suco”, trouxe a dimensão temporal e a espacial para a análise do processo em movimento de formação e reprodução do município de Francisco Morato. Na obra cinematográfica sobre parte do período fordista brasileiro, em particular a década de 70, a construção civil e a indústria conseguiram absorver parte considerável da força de trabalho que migrava para a cidade de São Paulo. Relacionando conjuntamente com nossas pesquisas, identificamos que logo os trabalhadores ocuparam toda a porção periférica da cidade. Daí já no início da década de 80, a periferia paulistana mostrou-se autoconstruída e adequada à migração pendular. A classe trabalhadora, que não parava de crescer num movimento de formação de superpopulação relativa, precisava então encontrar outras áreas em que a autoconstrução fosse possível sob condições semelhantes. Com a linha do trem existindo desde a época do café, Francisco Morato apresenta-se como um destino favorável. E é na década de 80 que há um boom populacional no município moratense, marcado pela autoconstrução e pela migração de trabalhadores que não conseguiram a reprodução da vida na periferia da cidade de São Paulo.

Concomitantemente, a indústria e a construção civil não mais apresentavam capacidade de empregar tamanha quantidade de força de trabalho. Isto intensificou o processo de periferização do município moratense, culminando em levar cada vez maiores de pessoas chegando a Francisco Morato e, desse modo, a adquirir e ocupar lotes nos bairros da cidade.

Na reprodução da vida no município moratense, os sujeitos reproduziram o violento processo de personificação do capital. Daí decorre, por exemplo, o surgimento dos pequenos proprietários de terras, casas, comércios etc. E ainda, o condicionamento e disciplinamento para o trabalho. O processo formativo e reprodutivo moratense, assim, necessita e permeia todas as esferas do cotidiano, incluindo o tempo de não-trabalho. Portanto, como identificado por Giavarotti (2012) no Jardim Ibirapuera, o município de Francisco Morato é parte da “reprodução total” (Lefebvre, 1977). Isto é, constitui-se enquanto momento de produção de mercadorias e do tempo livre do trabalho, ou seja, do momento de reprodução dos trabalhadores.

Com a crise do trabalho, e a ascensão do neoliberalismo como forma de gestão do estado em meados dos anos 90, medidas paliativas aparentemente apresentaram algum alívio para a classe trabalhadora moratense, quando para parte deles a aposentadoria e o acesso ao crédito tornaram-se coisas palpáveis. Ainda que sob uma série de mazelas sociais, a condição periférica moratense tornou-se melhor do que aquela do fim do regime militar, marcado pela elevada dívida externa e inflação enorme. Nos governos Lula, entre os anos de 2002 e 2010, a economia ainda de preceitos liberais centrada nas commodities parecia revelar um horizonte próspero para o capitalismo brasileiro. Neste momento, o acesso ao consumo pelas classes baixas num quadro geral desdobrou-se na compra de veículos automotores e na autoconstrução verticalizando a propriedade familiar.

Com o enfraquecimento da bolha das commodities (Pitta, 2019), em meados da década de 2010, este alto consumo logo tornou-se endividamento em massa. O desemprego tornou-se lugar comum para a juventude, a conquista do próprio imóvel algo impensável. Para os moratenses não foi diferente.

Para os periféricos, como os moratenses, o empreendedorismo surge então como uma forma de auto emprego, ainda que nos discursos midiáticos apareça como maneira de alcance de riqueza. Mas mesmo que com salários baixos provindos desse "empregadorismo", e de outras formas de obtenção de renda, ainda o quadro consumista faz parte do cotidiano periférico moratense. Pensar sobre como uma enxurrada de mercadorias permeia cotidianamente a realidade periférica empobrecida é um aprofundamento que aparenta ter alguma pertinência, mas não está aqui elaborado.

Outro aprofundamento é possível dentro do tema das migrações e do trabalho na formação e reprodução de Francisco Morato. A discussão da crise do trabalho, e uma análise crítica que privilegia a abordagem a partir do valor-cisão contribuiria de forma enorme para o

conhecimento sobre o tema. Isto é, como pensar o dissociado na formação e reprodução de um município periférico, ou seja, as mulheres e as populações marginalizadas, em essência a população preta, num contexto de síntese negativa da urbanização. Uma análise a partir da totalidade-mundo também é possível, visto que milhares de migrantes de outras nacionalidades passaram a residir em Francisco Morato desde de 2010.

Por fim, este trabalho foi realizado durante o período pandêmico de 2021 e 2022, e omitir isto significaria omitir também alguns porquês deste TGI. A escolha pela relação dos relatos dos moradores de Francisco Morato com um produto cultural é um deles. O público que dialogamos e precisávamos de contato possuía idade avançada, constituindo o grupo de maior risco ao coronavírus. A própria condição periférica moratense, objeto deste trabalho, foi uma questão para aquele que escreveu este texto. Os grupos de estudos e as aulas online foram difíceis de serem acompanhadas dada as circunstâncias da infraestrutura de internet da cidade, e a exigência de livre venda voluntária da força de trabalho mediada pelo desejo e necessidade de mercadorias, outro ponto discutido neste TGI, permearam toda a trajetória do pesquisador que está submetido e imerso dentro do seu próprio objeto de pesquisa. Esses apontamentos nada querem justificar, senão que a própria sociabilidade aqui analisada permeia a própria análise e, portanto, este trabalho.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOECHAT, Cássio A.; TOLEDO, Carlos de A. “Mobilização do trabalho e o estudo da região”. In: Boletim Capineiro de Geografia, vol.2, n.3, 2012, p.448-464.

BOECHAT, Cassio de Arruda. Mobilidade do Trabalho no Brasil: A recepção da obra de Jean-Paul de Gaudemar e uma perspectiva crítica para os estudos migratórios. V. 1 (2019): Anais do XVI SIMPURB.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. Capítulo 7: habitação por conta do trabalhador. Editora Estação Liberdade, 1998.

CABRAL, Juberlândia Custódio. Enraizamento, conscientização e produção do espaço em Francisco Morato. 2016. Disponível em <http://www.tcc.sc.usp.br/tce/disponiveis/8/8021104/tce-02052018-193934/?&lang=br>.

CARMO, Thiago Vital do. Análise de segregação socioespacial no distrito de Campo Limpo (MSP) por meio do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social. 2021. Trabalho de Graduação Individual - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

CARNEIRO, C. D. R. e SOUZA, J. J. Mapeamento geomorfológico em escala de semidetalhe da região de Jundiaí-Atibaia. Campinas, Revista Brasileira de Geomorfologia, Ano 4 n. 2 (2003), p. 17-30.

CHAGAS, Cassiele Arantes de Moraes. A periferização da pobreza e da degradação sócio-ambiental na Região Metropolitana de São Paulo, o caso de Francisco Morato. 2007. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/D.16.2007.tde-19032009-152622. Acesso em 10 de abril de 2022.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1997.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Estampa, Lisboa, 1977.

GIAVAROTTI, Daniel Manzione. O Jardim Ibirapuera da imposição à crise do trabalho. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/D.8.2013.tde-26032013-112730. Acesso em: 2022-07-24

Grupo de Crítica do Valor-Dissociação – SP. Formação do Trabalho e Modernização Retardatária no Brasil [Nachholende Modernisierung Und die Herausbildung der Arbeit in Brasilien]. São Paulo, Dep. De Geografia, FFLCH, USP. Texto para debate entre os Grupos de Estudos Crítica do Valor-dissociação (SP, Brasil) e Grupo Exit! [Verein Fürkritische Gesellschaftswissenschaften / Associação para as Ciências Sociais Críticas], Nuremberg, Alemanha, 2010 (artigo não publicado, mimeo dos autores).

Grupo Krisis. Manifesto contra o trabalho. São Paulo: Cadernos do LABUR, 1999.

HARVEY, David – A Produção capitalista do espaço. Annablume, São Paulo, 2005.

HEIDEMANN, Heinz Dieter. Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação. In: Migrações: discriminações e alternativas. Paulinas/SPM, São Paulo, 2004.

HEIDEMANN, H. D.; TOLEDO, C. de A.; BOECHAT, C. . O trabalho no Brasil: traçado interpretativo da sua história de formação e de sua crítica. Estudos Avançados. São Paulo, v. 28, n.81, ago. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em abril de 2022.

JAPPE, Anselm. As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor. Antígona, Portugal, 2006,

KURZ, Robert. Barbárie, Migração e Guerras de Ordenamento Mundial. Janeiro de 2005. Disponível em <http://www.obeco-online.org/rkurz281.htm>, acesso em 27 de abril de 2022.

KURZ, Robert. Canhões e Capitalismo: a revolução militar como origem da modernidade. **Original** *Kanonen und Kapitalismus* in www.exit-online.org. Publicado na Folha de São Paulo, 30 de Março de 1997 com o título *A Origem Destrutiva do Capitalismo* e tradução de

José Marcos Macedo. Disponível em <http://www.obeco-online.org/rkurz2.htm>, acesso em 10 de abril de 2022.

KURZ, Robert. A honra perdida do trabalho, 1991. Original alemão: Die verlorene Ehre der Arbeit, in Revista Krisis nº 10, Erlangen, 1991. Disponível em <http://www.obeco-online.org/rkurz109.htm>, acesso em 22 de abril de 2022.

KURZ, Robert. Marx depois do marxismo. Jornal Folha de São Paulo, 2000. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2409200007.htm>. Acesso em 21 de maio de 2022.

KURZ, Robert. O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Paz e Terra, São Paulo, 1992;

LEFEBVRE, Henri. “Estrutura social: a reprodução das relações sociais de produção”. In: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza. Sociologia e sociedade. Livros Técnicos e Científicos, Rio de Janeiro, 1977.

LIMA, Jonathan Oliveira de. Análise de variáveis sociais e do meio físico relacionadas à suscetibilidade às inundações/enchentes do centro urbano do Município de Francisco Morato/SP. 2021. Trabalho de Graduação Individual - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

MALTHUS, T. R. Ensaio sobre a população. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. (Os Economistas).

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I. Tradução de Reginaldo Sant’Anna, 37ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2020.

MONBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Editora Hucitec/Editora Polis, 1984.

MORE, Thomas. Utopia. Tradução de Beatriz S. S. Cunha. Editora Principis, 2021.

O Estado de S. Paulo, abril de 1898. Acervo online, disponível em acervo.estadao.com.br. Acesso em maio de 2022.

O Homem Que Virou Suco. Direção e Roteiro de João Batista de Andrade. São Paulo, 1981.

PITTA, Fábio. “O crescimento e a crise da economia brasileira no século XXI como crise da sociedade do trabalho: bolha das commodities, capital fictício e crítica do valor-dissociação”. Em: Revista Sinal de Menos, n. 14, vol. 1, 2020. Disponível em: <https://sinaldemenos.org/2020/05/18/sinal-de-menos-14-vol-1/> PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia. São Paulo, Brasiliense, 2000

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do bairro do Limão. 2003. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. . Acesso em: 24 jul. 2022..

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Meandros dos rios nos meandros do poder: Tiete e Pinheiros - valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo. 1987. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987. . Acesso em: 24 jul. 2022.

SORRE, Marx. Migrações e mobilidade do ecúmeno. In: MEGALE, J. F.; FERNANDES, F. (Orgs): Max Sorre. São Paulo: Ática, 1984.

Revista Superinteressante. As grandes migrações da humanidade não foram bem migrações. Entrevista com o geneticista Nelson Fagundes, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 9 de maio de 2018. Disponível em <https://super.abril.com.br/coluna/supernovas/as-grandes-migracoes-da-humanidade-nao-foram-migracoes-entenda/>. Acesso em 20 março de 2022.

TOLEDO, Carlos de Almeida. A região das Lavras Baianas. Tese de Doutorado, DG-FFLCH-USP, 2008.

Toledo, C. de A., Boechat, C. A., & Heidemann, H. D. (2012). VINTE ANOS DE UM

GRUPO DE ESTUDOS DO LABUR – CRISE E CRÍTICA DO SISTEMA FETICHISTA PRODUTOR DE MERCADORIA E DA MODERNIZAÇÃO RETARDATÁRIA BRASILEIRA. Revista Do Departamento De Geografia, 154-170. <https://doi.org/10.7154/RDG.2012.0112.0009>

VAINER, Carlos. Trabalho, espaço e Estado: questionando a questão migratória. Mimeo. IPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1984,

VIDALI, Agnaldo. A história do município de Francisco Morato: muito além da cidade-dormitório. 1º Edição, 2019. Ed. Gilberto Araújo Rosa.